

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE**
Câmpus Pelotas

Ações Afirmativas em foco: uma análise do
acesso e da permanência de alunos cotistas do
IFSul – *Campus Pelotas*

Maria Cecília Pereira Isaacsson

29/06/2017

MARIA CECÍLIA PEREIRA ISAACSSON

Ações Afirmativas em foco: uma análise do acesso e da permanência de alunos cotistas do IFSul – *Campus Pelotas*

Dissertação de Mestrado apresentada e submetida à banca examinadora, como requisito para o título de Mestre em Educação e Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do Instituto Federal Sul-rio-grandense, *Campus Pelotas*.

Linha de Pesquisa: Linguagens Verbo-visuais e Tecnologias.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas

PELOTAS

2017

Ficha Catalográfica

I73a Isaacsson, Maria Cecília Pereira.
Ações afirmativas em foco: uma análise do acesso e da permanência de alunos cotistas no IFSul - Câmpus Pelotas / por Maria Cecília Pereira Isaacsson. – 2017.
94 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas.

Dissertação (mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia, Pelotas, 2017.

1. Educação. 2. Políticas afirmativas. 3. Cotas. 4. Permanência. I. Rostas, Márcia Helena Sauaia Guimarães. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul. III. Título.

CDD 370.19342

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Silvia Regina de Lima Velda CRB 10/2038
Biblioteca IFSul - Câmpus Pelotas

MARIA CECÍLIA PEREIRA ISAACSSON

Ações Afirmativas em foco: uma análise do acesso e da permanência de alunos cotistas do IFSul – *Campus Pelotas*

Dissertação de Mestrado apresentada e submetida à banca examinadora, como requisito para o título de Mestre em Educação e Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do Instituto Federal Sul-rio-grandense, *Campus Pelotas*.

Linha de Pesquisa: Linguagens Verbo-visuais e Tecnologias.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Campus Pelotas

1º avaliador: Prof^a. Dr^a. Conceição Paludo - UFRGS

2º avaliador: Prof^a. Dr^a. Luciane Albernaz de Araújo Freitas - IFSUL

Local: Instituto Federal Sul-rio-grandense – *Campus Pelotas*

Aprovado pela Banca Examinadora em: 29 / 06 / 2017

Pelotas, 2017

Dedico este trabalho ao meu marido Stéfán, ao meu filho João Gabriel e ao restante do grupo familiar pelas horas privadas do convívio diário. Aos amigos que contribuíram direta ou indiretamente nesta pesquisa. É muito gratificante compartilhar conhecimentos adquiridos na construção de uma sociedade melhor, mais justa e solidária.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ser minha base durante toda a minha vida, sem ele eu nada seria.

Agradeço ao meu marido Stéfán e ao meu filho João Gabriel (que ainda está no ventre) por toda força, apoio, carinho e, principalmente, pela paciência que tiveram comigo nesta jornada. Existiram momentos em que se não fosse por vocês talvez eu não conseguisse finalizar esta etapa. Aos demais familiares, meu pai, madrasta, irmãos, cunhados, sogros por todo apoio e compreensão que recebi. Minha ausência em alguns momentos foi imprescindível para a feitura deste trabalho. Fica registrado também meu agradecimento à minha mãe, Helen, que desde 2004 não me acompanha mais fisicamente, mas que se não fosse por todo exemplo de garra, força, amor, dedicação e determinação não conseguiria ter chegado até aqui.

Agradeço, imensamente, à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Márcia Rostas, que cumpriu bem mais do que seu papel de professora orientadora, além de me transformar em uma pesquisadora, me oportunizou momentos de aprendizado, coleguismo e profissionalismo. Tornou-se uma amiga.

Agradeço também aos demais orientandos da Prof^a. Dr^a. Márcia e meus colegas do grupo de pesquisa, em especial à Juliana: foram fundamentais para que eu conseguisse permanecer e concluir esta etapa. O convívio e a disponibilidade dos colegas em apoiar, motivar e compreender foram muito importantes.

Deixo meu agradecimento, também, aos meus colegas de trabalho do Departamento de Seleção do IFSul, e em especial ao meu chefe, Renato Bacci Giusti. O apoio, a compreensão, a paciência e a motivação me impulsionaram a concluir esta pesquisa.

Consto aqui o agradecimento especial à banca de avaliação Prof^a. Dr^a. Conceição Paludo e Prof^a Dr^a. Luciane Albernaz de Araújo Freitas, pela leitura criteriosa, disponibilidade e dedicação, que em muito contribuíram para a qualificação deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que esta pesquisa conseguisse evoluir, fosse apoiando a mim, enquanto pesquisadora fosse fornecendo subsídios para o andamento deste trabalho, registro aqui minha gratidão.

RESUMO

O presente trabalho se propôs a constituir uma análise de como vem ocorrendo o acesso aos cursos técnicos de nível médio da modalidade integrada do IFSul, *campus* Pelotas, via reserva de vagas (cotas) e, a verificar quais são as políticas de ações afirmativas de permanência desses alunos. Também, se arriscou a examinar de que maneira foram propostas e como o estudante se utiliza dessas ações e se tiveram alguma contribuição na sua elaboração. Além disso, nos propusemos, ainda, a verificar a porcentagem, entre os alunos cotistas, do índice de retenção/evasão, e a analisar quais motivos ensejaram sua evasão. Para essa pesquisa, utilizamos como metodologia o estudo de caso e a análise de conteúdo. Nosso trabalho teve caráter qualitativo com referenciais teóricos acerca da temática abordada, e quantitativo tomando por referência dados sistêmicos. O universo da pesquisa consistiu em 20 sujeitos e nossa amostra em 10 informantes. Quanto à coleta de dados, usamos pesquisa bibliográfica, extração de dados sistêmicos e aplicação de questionário ao universo da pesquisa, ou seja, alunos que ingressaram via cota L4 para ingresso no período letivo 2014/01 no IFSul, *campus* Pelotas. Nosso objetivo constituiu-se em, por meio da divulgação dos resultados à comunidade, possibilitar uma reflexão que contribua para aumentar o alcance e a efetividade das políticas afirmativas de acesso e permanência no IFSul, proporcionando, dessa forma, uma contrapartida das medidas que foram adotadas. Ao final da pesquisa, após a análise do referencial teórico e das respostas do instrumento aplicado, concluímos que as cotas, como meio de acesso, podem promover uma “pseudo” mobilidade social, ainda, que sua utilização, não foi fator vinculante à permanência do estudante na escola. Também concluímos que a utilização da cota para acesso não tem reflexos diretos nos índices de evasão, e, portanto, não é fator vinculante à saída desse indivíduo da escola, mas uma consequência de escolha pessoal. Destacamos que apesar da Instituição desenvolver um importante trabalho com as ações afirmativas de permanência, se faz necessária uma reflexão sobre as ações promovidas pela escola para os próximos períodos letivos de modo a gerar impactos nos índices de retenção e êxito dos estudantes. Por fim, que sirva de ponderação aos leitores, sobre as ditas “práticas assistencialistas” e seus reflexos na sociedade quando se trata de indivíduos que utilizam cotas e benefícios sociais.

Palavras-chave: Cotas; Políticas Afirmativas; Permanência; Educação.

ABSTRACT

The present work aims to constitute an analysis of how has been occurring the access to the technical courses of high school level of the integrated modality of IFSul, campus Pelotas, through reserve of vacancies (quotas) and to verify which are the policies of affirmative actions of stay of these students. Furthermore, we attempted to examine in what way were proposed and how the student uses these actions and if they had any contribution in their elaboration. Besides that, it was proposed, also, to verify the percentage, among the quota holders, of the retention / evasion index, and to analyze the reasons for their evasion. For this research, we used as methodology the case of study and the content analysis. Our work had a qualitative approach with theoretical references related to the subject, and quantitative taking as reference systematic data. The universe of the research consisted of 20 subjects and our sample of 10 informants. As for the data collection, we used bibliographic research, systemic data extraction and the application of a questionnaire to the universe of research, that is, the students who entered through L4 quotas on the 2014/01 school year at IFSul, campus Pelotas. Our objective constituted in, through disclosure of the results to the community, to enable reflection that contributes to increase the reach and effectiveness of the affirmative policies of access and stay in IFSul, providing, thus, a counterpart on the measures that were adopted. At the end of the research, after analyzing the theoretical reference and the answers of the applied instrument, we concluded that the quotas, as a means of access, might provide a “pseudo” social mobility, yet, that its use is not a bidding factor for the stay of the student in school. Moreover, we concluded that the use of quotas for access do not have direct reflections on the evasion rates and, hence, it is a bidding factor to the leave of this individual from school, but a consequence of personal choice. We highlight that in spite of the institution develop an important work with affirmative actions of stay, it is needed reflection on the actions promoted by the school for the next school terms in order to prompt impacts on the retention rates and success of students. Finally, it should be taken in to consideration by the readers about the so-called “welfare practices” and its reflections on society when it comes to individuals that use quotas and social benefits.

Keywords: Quotas; Affirmative Policies; Stay; Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Resultado da busca em repositórios

Quadro 02 – Resultado final das pesquisas para análise

Quadro 03 – Artigos Científicos selecionados para análise

Quadro 04 – Dissertações selecionadas para análise

Quadro 05 – Tese selecionada para análise

Quadro 06 – Respostas do Questionário – Perguntas nº 01 e 02

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Divisão do universo de pesquisados por curso

Gráfico 02 – Divisão do grupo “A” por sexo

Gráfico 03 – Divisão do grupo “B” por sexo

Gráfico 04 – Retenção de alunos regulares no ano de 2014

Gráfico 05 – Retenção de alunos regulares no ano de 2015

Gráfico 06 – Retenção de alunos regulares no período letivo 2016/01

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Pôster “Tô dentro”

Figura 02 – Distribuição geográfica dos *campus* do IFSul

LISTA DE ABREVIATURAS

AE – Assistência Estudantil
ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF – Constituição Federal
COAE – Coordenadoria de Assistência Estudantil
DEGAE – Departamento de Gestão de Assistência Estudantil
EC – Emenda Constitucional
EJA – Educação de Jovens e Adultos
IFSul – Instituto Federal Sul-rio-grandense
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES – Instituição de Educação Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
NENU – Núcleo de Estudantes Universitários Negros
OD - Organização Didática da Educação Básica, Profissional e Superior de Graduação do IFSul
PAE – Política de Assistência Estudantil
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PNE – Plano Nacional de Educação
PUC RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SciELO – Scientific Electronic Library Online
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	14
3. AÇÕES AFIRMATIVAS, ACESSO E PERMANÊNCIA – UM OLHAR SOBRE ESSA TEMÁTICA E A CONSTITUIÇÃO DO APORTE TEÓRICO.....	17
3.1 Das Ações Afirmativas	17
3.2 Acesso à educação a partir de políticas afirmativas	20
3.3 Da Permanência	23
3.3.1 Das Políticas da Assistência Estudantil do <i>campus</i> Pelotas para garantir Acesso e Permanência	28
3.4 Estado da Questão	31
3.4.1 Dos Artigos.....	34
3.4.2 Das Dissertações	39
3.4.3 Das Teses	43
3.5. Relacionando conceitos trabalhados a atual conjuntura	45
4. METODOLOGIA.....	48
4.1 Da coleta de dados e das categorias	50
5. DO PERCURSO À COLETA DE DADOS – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO.....	53
5.1 Grupos “A” e “B” e discussão de dados sistêmicos.....	54
5.2 Cotas para acesso ao ensino técnico de nível médio: incidência na permanência no êxito do aluno	59
5.3 Do acesso a políticas de assistência e seus reflexos nos índices de evasão	64
6. LIMITAÇÕES DA PESQUISA	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICES.....	78
Apêndice 1 – Mapeamento de trabalhos.....	79
Apêndice 2 – E-mail enviado aos estudantes para participação na pesquisa	84
Apêndice 3 – Instrumento de coleta de dados	85
Apêndice 4 – Respostas do Questionário	88

1. INTRODUÇÃO

As políticas sociais adotadas no Brasil objetivam assegurar a todos os cidadãos o acesso à melhoria de qualidade de vida, incluídos aí diversos aspectos, como saúde, segurança, seguridade social e educação, promovendo desta forma, a inclusão dos cidadãos de todas as esferas sociais, em especial, os menos favorecidos que, independente do motivo, não foram inseridos no contexto em decorrência de algum “artifício” de exclusão social.

Nessa linha, a reserva de vagas para acesso à educação pública, discutida nesta pesquisa, bem como a implantação de políticas de permanência na escola, serviram de parâmetro para a análise das políticas afirmativas adotadas pelo governo, por meio das instituições públicas de educação, com intuito de garantir a educação, prevista constitucionalmente, no caso, no *campus* Pelotas do IFSul – Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Assim, verificamos o alcance de algumas políticas educacionais, tendo em vista que o simples ingresso em instituição pública de ensino, como é cediço, não garante o efetivo acesso e permanência do cidadão na escola. Isso porque, atualmente, o índice de evasão escolar ainda é alto, mesmo com todas as possíveis “vantagens” oferecidas aos alunos de menor poder aquisitivo visando a sua permanência no âmbito escolar, como os benefícios da assistência estudantil, por exemplo.

Além disso, devido a sua importância, analisamos a possível existência de queda no índice de evasão escolar após a implementação do programa de assistência estudantil, bem como, verificamos se os alunos que recebem os auxílios conseguiram permanecer na instituição e concluir o curso de sua opção.

Atualmente o Departamento de Gestão de Assistência Estudantil (DEGAE) do IFSUL possui dados¹ que nos remetem ao pensamento de que as políticas públicas estão obtendo resultados, como por exemplo, o fato de 80% dos alunos beneficiários dos auxílios estudantis conseguirem superar os desafios encontrados na trajetória educacional.

¹ Informação obtida através do site do IFSul. Disponível em: http://portal2.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1387%3Aassistencia-estudantil-e-tema-de-capacitacao-&catid=9%3Ainstituto-federal-sul-rio-grandense&Itemid=1 Acesso em 28 de novembro de 2016.

No entanto, sem desconsiderar a importância e relevância dos auxílios prestados pela AE – Assistência Estudantil, ressaltamos que não é necessário que o aluno tenha ingressado por meio da política de reserva de vagas para dela ter direito, embora acreditemos que dificilmente o aluno que ingresse pela reserva de vagas não se utilize desses auxílios.

A questão que levantamos foi se a reserva de determinada porcentagem das vagas, especificamente para o ingresso ao ensino no IFSul, *campus* Pelotas, garantiu o acesso, permanência e, por via de consequência, a formação do sujeito/cidadão que se enquadra nas condições previstas em lei específica. Até onde essa política afirmativa de reserva de vagas, para ingresso na instituição de ensino, assegurou a igualdade de direitos prevista constitucionalmente, além de gerar um índice positivo de permanência e êxito escolar?

Em um país com tamanhas e notórias desigualdades sociais, a política educacional buscou medida compensatória aos eleitos, por ela, como mais frágeis em detrimento de outros que, a seus olhos, não preenchem os requisitos necessários. No entanto, trouxe obstáculos para uma política educacional mais equânime que, a longo prazo, garanta, desde o início da educação básica, um aprendizado mais sólido a todos, assegurando, dessa forma, a igualdade de condições na concorrência por uma vaga em instituição pública de ensino.

A política educacional, quando bem planejada, pode ser uma forte aliada do Estado na gestão das políticas afirmativas voltadas, especialmente, à permanência e ao êxito escolar como uma forma de amenizar a desigualdade social e proporcionar a justiça em contraponto ao sistema atual, o qual prevê uma medida paliativa de curto prazo, como o acesso (embora aqui tenhamos nomeado como acesso, existe um abismo entre ingresso e acesso, que trataremos em ponto específico mais adiante), ao invés de uma política de longo prazo com a melhoria educacional desde as séries iniciais.

Com isso, entendemos como sendo necessária e positiva a análise dos índices de acesso, permanência, evasão e êxito escolar dos sujeitos dessa pesquisa – aqueles que se utilizaram de um tipo de reserva de vagas/cota para o ingresso no IFSul e das políticas afirmativas.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

A ideia da pesquisa nasceu a partir de uma inquietação acerca da efetividade e do alcance da política pública de reserva de vagas para o ingresso no ensino público (Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 regulamentada pelo Decreto 7.824 de 11 de outubro de 2012), em especial nos cursos técnicos de ensino médio da forma integrada do IFSul.

Passamos a nos questionar se a utilização de cotas para acesso ao ensino técnico de nível médio contribuiu, de alguma forma, além das ações afirmativas promovidas pela instituição, para a permanência e para o êxito do aluno. E, ainda, de forma suplementar e não menos importante, se há algum reflexo nos índices de evasão.

Há inúmeras discussões na sociedade, algumas favoráveis e outras não, referentes ao ingresso por cotas nas instituições de ensino públicas. Esse fato sempre nos instigou, sem que tivesse nenhum posicionamento pronto. Pesquisar essa política de ingresso por cotas e suas peculiaridades constitui-se em uma temática de grande relevância que, de alguma forma, merece uma reflexão mais apurada. Foi nesse sentido que antes mesmo do ingresso no curso de mestrado, nas discussões do grupo de pesquisa Discurso Pedagógico², levantamos questões alusivas às classes populares que, em muitos momentos, estancavam nas formas de ingresso nas instituições públicas de ensino.

Trabalhar na área de processos seletivos do IFSul e, por meio das atribuições do cargo, estudar a legislação que rege o ingresso na instituição, nos fez almejar por uma pesquisa que envolvesse os alunos ingressantes e egressos no que tange à utilização das políticas públicas de cotas e a sua eficácia e eficiência.

²O Grupo de Pesquisa Discurso Pedagógico é coordenado pela Prof^a. Dr^a. Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas, Prof^a. Dr^a. Luciane Albernaz de Araújo Freitas e pelo Prof. Dr. Rafael Montoito Teixeira. Tem por objeto de estudo as perspectivas interativas entre os diferentes elementos que constituem o cenário da educação, do ensino e da aprendizagem, bem como a formação docente. A linha teórica que dá base aos projetos e pesquisas é de fundo Marxista, envolvendo autores como: Gramsci, Charlot, Freire, Bakhtin, Ginzburg, D'Ambrósio, dentre outros. Os trabalhos versam sobre diversas temáticas que vão desde conteúdos escolares até políticas públicas em Educação. Conta com encontros semanais no IFSul. O início da minha participação como membro do grupo deu-se em 2015, sendo um grande impulsionador ao meu ingresso como aluna Regular do Programa de Mestrado.

Optamos por realizar a pesquisa no nível médio técnico³ tendo em vista que a lei que regulamenta o acesso ao ensino por cotas é do ano de 2012 e, portanto, em função do pouco tempo decorrido, ainda não teríamos, no ensino superior, alunos egressos para a pesquisa. Desta forma, não seria possível verificar índice de êxito escolar⁴ desses alunos ou, até mesmo, questões referentes à permanência⁵ de maneira mais aprofundada.

Levamos, para tanto, em consideração as formas de ensino técnico de nível médio ofertadas no IFSul (Integrado, Concomitante e Subsequente) observando que o sujeito que ingressa em um curso técnico de nível médio na forma integrada é proveniente diretamente do ensino fundamental. Por esse motivo, esse aluno frequenta conjuntamente o ensino médio e um curso técnico, estando, dessa forma, mais ligado à instituição. Esse motivo justifica a escolha do sujeito para nossa investigação.

Explicamos, portanto, a nossa escolha tendo em vista que o aluno do ensino técnico de nível médio da forma concomitante inicia o percurso em nossa instituição apenas em seu segundo ano, visto que cursa o ensino médio, ao mesmo tempo, em outra instituição. Já o aluno do ensino técnico de nível médio subsequente em seu ingresso deverá ter concluído o ensino médio em outra instituição para iniciar a formação técnica profissional.

Observamos, então, este sujeito, aluno do ensino técnico de nível médio, de forma integrada, que optou por utilizar uma forma diferenciada de acesso à escola, ingresso por cotas, necessitando ou não de ações de permanência para continuar e concluir o estudo de nível médio/técnico.

No ideário popular, fundamentado na concepção do sistema capitalista, é traduzida à sociedade a ideologia de vinculação direta da educação formal com o ingresso no mercado de trabalho por meio da formação profissional, o que sugere a (im)possível ascensão social do sujeito. Indiretamente atribuindo um caráter de terminalidade por meio do ensino de nível médio técnico profissionalizante.

³ O Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, por ser uma instituição da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica, dispõe de uma educação híbrida, ofertando ensino de nível médio Técnico, Superior e de Pós-Graduação *stricto e latu senso*.

⁴Entendido, nesta pesquisa, como conclusão de etapas: por disciplina, por semestre e por curso.

⁵Entendido, nesta pesquisa, como apenas não evadido ou concluinte. Seria o ato do aluno perseverar, continuar, não desistir de seus estudos, obtendo êxito ou não.

Nosso objeto, com essa pesquisa, constituiu-se em uma análise acerca de como vem acontecendo o acesso aos cursos técnicos da forma integrada do IFSul *campus* Pelotas via reserva de vagas (cotas), bem como uma verificação de quais são as políticas de ações afirmativas de permanência desses alunos. Além disso, examinamos de que maneira foram propostas e como o estudante utiliza essas ações e, ainda, se tiveram alguma contribuição na sua elaboração. Em relação ao índice de evasão, a proposição foi de analisar a porcentagem entre os alunos cotistas e verificar quais motivos ensejaram sua evasão.

Temos como objetivo, por meio da divulgação dos dados da pesquisa, contribuir para aumentar o alcance e a efetividade das políticas afirmativas de acesso e permanência no IFSul, proporcionando à instituição uma contrapartida das medidas que foram adotadas e propondo, com base nas análises, outras formas de melhorar os índices de êxito, diminuir os índices de evasão de alunos cotistas. Auxiliaremos, dessa forma, para a universalização da educação por meio de uma reflexão, buscando meios alternativos que contribuam para o rendimento dos alunos cotistas.

No capítulo 03, a seguir, apresentamos o referencial teórico, que subsidiou as análises desta pesquisa, trouxemos aporte sobre ações afirmativas, acesso e permanência, bem como a constituição do estado da questão, e reflexão dos conceitos relacionados com atual conjuntura.

Já no capítulo 04 trouxemos a metodologia utilizada; no capítulo 05, apresentamos e discutimos os dados de forma quantitativa e qualitativa; no capítulo 06 apresentamos as limitações da pesquisa; e por fim, expusemos nossas considerações finais.

3. AÇÕES AFIRMATIVAS, ACESSO E PERMANÊNCIA – UM OLHAR SOBRE ESSA TEMÁTICA E A CONSTITUIÇÃO DO APORTE TEÓRICO

Nosso referencial teórico foi subdividido, primeiramente, em três partes: a primeira envolveu conceitos alusivos as ações afirmativas; a segunda a referenciais que dizem respeito as questões do acesso à educação a partir de políticas afirmativas; a terceira a literatura atinente à permanência e êxito (ou não), bem como a evasão e os documentos utilizados no IFSul, especialmente no *campus* Pelotas, no que tange ao mapeamento destas políticas no âmbito da Instituição.

Após, elaboramos o estado da questão, o qual é de grande relevância para esta pesquisa, constituindo-se em etapa da investigação que nos possibilitou um contato mais próximo com temas conexos ao desta pesquisa.

E, ao final deste capítulo, apresentamos uma breve reflexão na qual trouxemos algumas atualidades sobre a educação brasileira e constituímos categorias de análise do tema.

3.1 Das Ações Afirmativas

Ao iniciarmos nossa trajetória na construção de subsídios teóricos que nortearam esta pesquisa, traçamos algumas definições sobre a temática das ações afirmativas que nos sustentaram no decorrer deste trabalho.

Para Gomes (2002) as ações afirmativas definem-se como:

[...] políticas públicas (e privadas), voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. [...] a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (GOMES, 2002, p.128-129)

Sob a ótica do autor (p. 129), as ações afirmativas “[...] visam combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade.”

Gomes (2003) nos esclarece que esse conjunto de políticas:

[...] de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, te[m] por objetivo a concretização do

ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2003, p.27)

Portanto, para Gomes (2005) essas ações:

[...] constituem, pois, um remédio de razoável eficácia para esses males. É indispensável, porém, uma ampla conscientização da própria sociedade e das lideranças políticas de maior expressão acerca da absoluta necessidade de se eliminar ou de se reduzir as desigualdades sociais que operam em detrimento das minorias, notadamente as minorias raciais. E mais: é preciso uma ampla conscientização sobre o fato de que a marginalização socioeconômica a que são relegadas as minorias, especialmente as raciais, resulta de um único fenômeno: a discriminação. (GOMES, 2005, p. 52)

Nos termos de Petruccelli (2010, p. 152), essas ações tem o objetivo de “[...] corrigir uma injustiça social, de forma urgente, emergencial e transitória pelo tempo que se mostre necessário, diferenciando os grupos privilegiados dos subalternizados.”

Já Bergmann (1996) elucida que uma ação afirmativa consiste em:

[...] planning and acting to end the absence of certain kinds of people — those who belong to groups that have been subordinated or left out — from jobs or schools. It is an insurance company taking steps to break its tradition of promoting only white men to executive positions. It is the admissions office at the University of California at Berkeley seeking to boost the number of blacks in the freshman class beyond a smattering by looking for a few black kids who may not have learned to do well on multiple choice tests but are nevertheless very smart. It is a lily-white all-male trucking company hiring a black female driver and then coping with the anger of the other drivers. It is the Detroit police department striving to overcome the obstacles that capable blacks and women experience in making sergeant. (BERGMANN, 1996, p. 7-8)⁶

Sua perspectiva pelo assunto se complementa quando afirma que em algumas situações que as:

[...] affirmative action is a formal program with a written multi-part plan and a special staff to carry it out. In others, it can consist in the activities of one manager who has looked into his conscience and decided to do things differently.” (BERGMANN, 1999, p. 758)⁷

Para Piovesan (2005), as ações afirmativas:

⁶[...] planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas. Aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos em determinados empregos ou escolas. É uma companhia de seguros tomando decisões para romper com sua tradição de promover a posições executivas unicamente homens brancos. É a comissão de admissão da Universidade da Califórnia em Berkeley buscando elevar o número de negros nas classes iniciais [...]. (Tradução Nossa)

⁷[...] ações afirmativas podem ser um programa formal e escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou pode ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de uma maneira diferente. (Tradução Nossa)

[...] constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos. (PIOVESAN, 2005, p.41)

Fonseca (2009, p.11) nos trouxe a definição de ações afirmativas como sendo “políticas públicas destinadas a atender grupos sociais que se encontrem em condições de desvantagem ou vulnerabilidade social em decorrência de fatores históricos, culturais e econômicos” e fez um breve percurso histórico, para refletirmos que:

[...] os desdobramentos das leis, perpetuadas no Brasil República fazem das ações afirmativas ferramentas sociais necessárias ao combate da desigualdade, da marginalização, da discriminação social, étnica e racial – mas também à ampliação e ao aprofundamento da diversidade no país. (FONSECA, 2009, p. 11)

No dicionário de relações étnicas e raciais, Cashmore (2000), no verbete que trata do significado de ações afirmativas, nos explica que esta política tem como objetivo ir além de:

[...] reverter as tendências históricas que conferiram às minorias [...] uma posição de desvantagem”, ou seja, objetiva “garantir a igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime a discriminação, e têm como principais beneficiários os membros de grupos que enfrentaram preconceitos. (CASHMORE, 2000, p. 31)

Trouxemos, ainda, a posição de Medeiros (2005), já que acreditamos que as ações afirmativas não são ligadas direta e estritamente a quesitos raciais e sim a grupos e minorias que sofrem alguma discriminação. Para ele, no Brasil:

[...] embora a expressão “ação afirmativa” seja quase que invariavelmente associada à experiência norte-americana, vista como algo que se aplica exclusivamente aos negros e reduzida à política de cotas, a ideia de dispensar um tratamento positivamente diferenciado a determinados grupos em função da discriminação de que são vítimas já está presente na legislação brasileira há muito tempo. (MEDEIROS, 2005, p.123)

É importante discorrermos sobre o conceito de políticas públicas também, já que as ações afirmativas nada mais são do que um tipo de política pública adotada pelo Estado. Nesse espaço, temos por definição de política pública a trazida por Amabile (2012) como sendo as:

[...] decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública,

estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. (AMABILE, 2012, p. 390)

Com base nesses conceitos podemos afirmar que as ações afirmativas se constituem em um instrumento de correção por meio de condutas e normas propostas pelo “Estado”, no sentido de recuperar direitos fundamentais de pessoas que se encontrem em desvantagem e/ou desigualdade social por decorrência de algum tipo de discriminação (econômica, racial, política, etc). Desta forma, as ações afirmativas, objetivam garantir a igualdade e a isonomia entre as pessoas.

Percebemos que as ações afirmativas possuem amplo aspecto, no entanto, apenas algumas foram abordadas na presente pesquisa. Como bem afirma Junior (2010, p. 157), o processo de “[...] discussão pública de políticas é fundamental para a saúde de nossa democracia” e, assim, refletimos sobre alguns pontos que envolvem esse tipo de política pública.

Nosso estudo envolveu estudantes que se utilizaram das cotas para acesso e ingresso no IFSul. A Lei 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e por turno nas Universidades e Institutos a estudantes oriundos integralmente do ensino médio público em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos – EJA. Estudamos, portanto, as ações afirmativas vinculadas ao acesso e permanência dos alunos da modalidade integrada no *campus* Pelotas do IFSul.

3.2 Acesso à educação a partir de políticas afirmativas

Para introduzir esta subseção vimos a necessidade de trazer a distinção entre os termos acesso e ingresso visto que a legislação e a literatura que trata das políticas inclusivas utiliza-se ora de um termo ora de outro.

O ingresso do aluno se concretiza com a matrícula na instituição após o processo seletivo. Já o acesso, uma designação que consideramos mais ampla, abrange tanto o ingresso na instituição quanto a participação deste indivíduo nas ações promovidas pela e na escola. Seria, nesta perspectiva, o sentir-se incluído no ambiente educacional, como parte do processo de formação.

Em outras palavras, além do simples ingresso por algum tipo de cota, é o reconhecimento deste indivíduo como integrante daquele lugar, é estar incluído, fazer parte.

Ao nos determos ao acesso à educação nos fundamentamos, em uma primeira aproximação, na Constituição Federal (CF) de 1988, lei maior do país da qual todos os demais preceitos⁸ emanam a fim de subsidiar este tópico. No texto legal o capítulo que referencia os direitos sociais trata a educação como direito e garantia fundamental do cidadão. O artigo 6º descreve que são direitos sociais: “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988)

Com base nesse direito, garantido pela CF, é que se sustenta toda a legislação que rege o acesso à educação, sendo dever do Estado, como declarado no artigo 208, garantir a educação básica “[...] obrigatória e gratuita [...] assegura[n]d[o] inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...] O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”. (BRASIL, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96 (LDB – 9.394/96)⁹ estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil e, portanto, disciplina a educação escolar, a partir de então.

Dentre os seus princípios aponta, no artigo 3º inciso I, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A garantia de acesso e permanência passou a ser regida por dispositivos legais e, assim, objetiva a universalização da educação.

O termo universalização da educação nos remete à ideia de tornar a educação mais acessível às classes populares, ao alcance do povo, da maioria da população, não se confundindo com o conceito de Educação Popular, o que poderia indicar uma educação de menor qualidade. Fernandes (2005, p. 843) trata o termo “universalizar” como um sinônimo de “generalizar, espalhar-se, difundir-se”. Partindo desta terminologia podemos acrescer, de forma complementar, a ideia de universalismo, defendida por Ivo (2013), que o caracteriza como um:

⁸Entendido, nessa pesquisa, como cláusulas, normas, regras, princípios e leis.

⁹ A LDB 9.394/96 surge para estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional. Estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A lei em questão disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. (BRASIL, 1996)

[...] paradigma [...] segundo o qual se considera que todos os cidadãos, sem distinção de classe ou posição no mercado, têm direito a serviços sociais que respondam aos princípios democráticos de igualdade de direitos e de status e que garantam os mesmos benefícios sociais e os mesmos padrões de qualidade a todos e cada um dos cidadãos no âmbito dos sistemas de bem-estar. (IVO, 2013, p. 528)

Desta forma o dispositivo legal subsidia o princípio de popularizar a educação possibilitando o alcance a um número maior de pessoas. A LDB 9.394/96, por conseguinte, garante o ingresso por meio da criação de formas de acesso alternativas, com a intenção de garantir o ensino a todos, de democratizar a educação propriamente dita. Porém, na prática, reconhecemos a dificuldade no atendimento à totalidade das pessoas em idade escolar. A lei, em seu art. 5º, estabelece que o acesso à educação básica obrigatória é:

[...] direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. [...] § 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior. (BRASIL, 1996)

É importante destacar que o acesso pela reserva de vagas/cotas não é a única política de ação afirmativa pública que visa corrigir as diferenças sociais, embora tomemos, muitas vezes, como conceito singular. Existem algumas outras, como, por exemplo, o acréscimo de notas, pontos ou vagas; reserva de vagas em decorrência de outros dispositivos legais (por exemplo, portadores de deficiência), etc. Neste trabalho, exploraremos, especificamente, a política de acesso por meio da Reserva de Vagas para Egressos de Escolas Públicas (RVEEP) no IFSul.

Por se tratar de uma instituição de ensino federal o acesso a todos os cursos ofertados pelo IFSul ocorre por meio de processo seletivo. Estes se dão, de forma distinta, pelo nível de ensino: processo seletivo próprio, para ingresso nas formas integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio e pós-graduação; e Enem ou Sisu, para ingresso nos cursos superiores.

Realizado duas vezes ao ano, uma no inverno e outra no verão, o processo seletivo próprio é gratuito a todos os candidatos. A disponibilidade das vagas é apontada pelo plano de vagas disponibilizado por cada *campus*.

O ingresso dos candidatos pode se dar pelo Acesso Universal (AU) ou, ainda, pela RVEEP, sendo que, em todos os cursos ofertados na instituição, 50%

das vagas são destinadas à RVEEP, atendendo o IFSUL, à implementação de políticas de ações afirmativas.

O candidato que deseja ingressar via reserva de vagas/cotas deverá optar por um dos grupos (L1, L2, L3 e L4) no momento da inscrição para o certame. Os grupos, designados pela letra “L” (que significa “legenda” das vagas reservadas), são descritos no edital nº 191/2013 do IFSul baseado na Portaria Normativa nº 18/2012¹⁰:

L1 – Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (art.14, I, Portaria Normativa nº 18/2012) e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública;

L2 – Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (art.14, I, Portaria Normativa nº 18/2012) e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública;

L3 – Candidatos que, independente da renda (art.14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública;

L4 – Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independente da renda (art.14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública. (IFSUL, 2013)

O amparo legal dessa forma de ingresso (reserva de vagas) fundamenta-se, além dos direitos e garantias constitucionais, na Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Pauta-se, ainda, na portaria normativa nº 18 de 2012, do Ministério da Educação – MEC, que dispõe sobre a implementação dessa reserva de vagas em instituições federais de ensino, bem como no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que a regulamenta.

3.3 Da Permanência

A legislação estabelece que não basta garantir o acesso para que o aluno alcance a efetiva educação, mas é necessário que o aluno consiga permanecer no ensino para obter êxito.

¹⁰ Esta portaria sofreu atualização pela Portaria Normativa nº 09 de 05/05/2017 do MEC, na qual é incluída a reserva de vagas para pessoas com deficiência dentro do percentual definido para cada uma das cotas. No entanto, tal alteração não afeta a nossa pesquisa que foi realizada com candidatos referentes ao ingresso no ano de 2014, ou seja, antes da possibilidade de ingresso de pessoas com deficiência via cotas específicas.

Para entendermos melhor sobre essa questão trazemos, primeiramente, o conceito de “permanência” extraído do dicionário on-line Michaelis¹¹ como sendo o “ato de permanecer; o estado ou a qualidade de permanente; constância, perseverança”. Entendemos, portanto, como conceito básico de permanência escolar o ato do aluno perseverar, continuar e não desistir de seus estudos.

Logo, não há como seguir discorrendo sobre permanência sem entendermos, também, o conceito de evasão, já que os alunos que não permanecem estudando são considerados evadidos. O mesmo dicionário on-line nos traz a definição de evasão como sendo a “ação ou processo de evadir, de deliberadamente fugir”, por conseguinte, mostra a evasão como sendo um processo de desistência por parte do aluno.

De acordo o artigo 74 da Organização Didática da Educação Básica, Profissional e Superior de Graduação do IFSul (OD)¹², é considerado evadido o

[...] estudante que se enquadrar em uma das seguintes situações:
I. apresentar índice de frequência inferior a 50% do total da carga horária do período e nota zero (0) ou conceito equivalente em todas as disciplinas na última etapa de avaliação;
II. não efetuar a renovação de matrícula nos prazos definidos no calendário acadêmico.
Parágrafo único. O estudante evadido perderá a vaga.

Além disso, é considerado evadido o aluno que não renova a sua matrícula ou que desistiu de sua vaga na instituição. Logo, o índice de evasão é formado por situações de fontes variadas, como infrequência ou falta de matrícula, por exemplo.

Charlot (2000, p. 16) é contundente ao afirmar que o fracasso escolar “[...] não existe, o que existe são alunos em situação de fracasso”, e, por isso, se torna tão importante falar de temas como a evasão e a permanência dos alunos fazendo uma análise do sujeito/aluno.

O aluno que evade está numa situação de fracasso em que a escola e o poder público têm o dever e o poder de ajudar por meio dos programas de

¹¹Conceito extraído do dicionário on-line. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=perman%C3%AAncia> Acesso em 19 de setembro de 2016.

¹² A da Organização Didática da Educação Básica, Profissional e Superior de Graduação do IFSul está disponível em <http://www.ifsul.edu.br/regulamento-da-atividade-docente/item/113-organizacao-didatica>. Acesso em 19 de setembro de 2016

assistência a esses indivíduos. É a oportunidade que o poder público tem de ajudar no êxito escolar desse cidadão.

Assim, com intuito de cumprir disposições legais, o ministério da Educação criou o programa de Acolhimento, Permanência e Êxito – PAPE, instituído pela portaria interministerial nº 04, de 06 de maio de 2016. Neste programa são expressos direitos e garantias constitucionais, como o dever do estado com a educação em todas as etapas da educação básica, as formas de colaboração para assegurar a universalização do ensino obrigatório, o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), a importância de ações integradas entre educação, assistência social e saúde, e, a intersectorialidade na execução de programas como: Saúde na Escola, Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada na Escola, entre outros programas.

O PAPE tem por finalidade “[...] desenvolver ações [...] que promovam a busca e o retorno às escolas das crianças, adolescentes e jovens que, em idade escolar, não foram matriculadas nas redes públicas [...]”, e prevê o desenvolvimento de ações integradas “[...] como forma de reduzir a evasão escolar e ampliar as possibilidades de conclusão com êxito da educação básica [...]”. (MEC, 2016)

Expomos aqui, como um dos objetivos que achamos mais importantes do PAPE, a necessidade de mobilização e sensibilização da comunidade escolar na busca de soluções e na construção de estratégias para, dentre outras, a permanência daqueles que retornam aos bancos escolares. Isso porque o processo de permanência não deve ser unilateral, mas sim construído em conjunto com a comunidade. É preciso manifestação por parte daqueles que querem retornar/permanecer na escola, bem como da própria instituição.

Somente com o debate se forma a relação dialógica com o objetivo de galgar novos métodos e ações que facilitem a permanência dos alunos. É com esse olhar crítico, de duas facetas (comunidade x instituição), que se produzirão ações que levem a um dos objetivos previstos no PAPE.

De acordo com as informações que levantamos no estado da questão (em sessão específica deste capítulo), as ações de permanência nas instituições, em geral, se fixam em programas basicamente de bolsas providas assistência estudantil de cada educandário, não havendo uma mobilização maior sobre o tópico.

Aferimos que a grande preocupação, por assim dizer, ou primordial dos estabelecimentos de ensino, é a garantia do acesso pura e simplesmente, para apenas depois refletir sobre a permanência desse aluno na escola.

Tal situação demonstra certo “desleixo” que, por muitas vezes, pode vir a causar a evasão desse aluno que teve o acesso garantido por uma política de ação afirmativa, já que este não encontra uma base sólida para seu progresso escolar. Essa questão, retomaremos após a coleta de dados, para averiguar, empiricamente, se de fato, no IFSul, a falta de ações de permanência enseja a evasão escolar.

Nossa pesquisa, conforme já referido, foi realizada no *campus* Pelotas do IFSul e objetiva verificar as ações que a instituição promove para que os alunos permaneçam na escola.

Ao buscarmos as ações de permanência que já existem neste *campus*, nos deparamos, primeiramente, com a previsão, no regimento interno¹³ do *campus* Pelotas, da responsabilidade de “fomentar e promover, em conjunto com os demais profissionais da educação, ações para permanência e êxito do estudante” da Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAE). Esta coordenadoria obedece ao disposto no regimento interno do *campus*.

Ao aprofundarmos um pouco mais a busca sobre a autoria da responsabilidade de ações que promovam a permanência dos estudantes, encontramos, no Regimento Geral¹⁴ do IFSul, o Departamento de Políticas Educacionais como o responsável pela proposição de estratégias e projetos institucionais para permanência e êxito dos estudantes; a Pró-Reitoria e Extensão e Cultura como a responsável pela contribuição para o acesso e permanência e êxito de pessoas com deficiência e de grupos sociais que são alvo de políticas públicas afirmativas; e o Departamento de Educação Inclusiva que tem como uma de suas atribuições divulgar os objetivos das ações inclusivas, motivando o acesso, a permanência e o êxito de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

¹³ O regimento interno do *campus* Pelotas está disponível em <http://www.ifsul.edu.br/regimento-geral>. Acesso em 02 de agosto de 2016.

¹⁴ O Regimento Geral do IFSul está disponível em <http://www.ifsul.edu.br/regimento-geral>. Acesso em 02 de agosto de 2016.

Verificamos a existência da Política de Assistência Estudantil – PAE¹⁵ que vem sendo implantada desde 2010 no IFSul. Este documento nos traz um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações que tem como objetivo promover o acesso, a permanência e o êxito dos alunos sob a ótica da equidade entre outras.

Identificamos, também, a Câmara de Assistência Estudantil¹⁶ como um órgão consultivo e propositivo com o objetivo de cooperar para a integração dos *campus* do IFSul. Este órgão busca o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos temas relacionados à Assistência Estudantil.

Suas principais atribuições são:

[...] propor a reformulação e a atualização das políticas e diretrizes que permitam a articulação e o desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil (AE); atuar na defesa da AE, visando contribuir para a permanência e o êxito dos estudantes do IFSul; apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência; realizar reuniões, congressos, conferências, seminários e outros; e acompanhar as ações do PNAES.

Logo, a Câmara é um espaço participativo no qual os servidores objetivam construir e gerir a política de assistência estudantil. Assim, quanto mais servidores engajados na causa a instituição possuir, melhor será a gestão e o alcance entre os estudantes (usuários ou não das políticas de assistência estudantil).

Como nosso estudo está voltado às ações promovidas dentro do *campus* Pelotas, ficamos atentos às políticas de ações afirmativas propostas, realizadas e projetadas nesse ambiente, apesar de sabermos que estão intimamente ligadas aos objetivos e princípios do IFSul como um todo.

Identificamos a implementação de programas assistenciais para a permanência neste ambiente, como é o caso do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, previsto no Decreto 7.234/2010, o qual objetiva melhorar as condições de permanência e êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade social a partir da alocação de recursos financeiros para atender as demandas da Assistência Estudantil.

¹⁵ A Política de Assistência Estudantil do IFSul está disponível em <http://www.ifsul.edu.br/assistencia-estudantil-ifsul/documentos-assistencia/item/101-assistencia-estudantil>. Acesso em 17 de setembro de 2016.

¹⁶ O Regimento da Câmara de Assistência Estudantil está disponível em <http://www.ifsul.edu.br/assistencia-estudantil-ifsul/documentos-assistencia/item/101-assistencia-estudantil>. Acesso em 22 de setembro de 2016.

Constatamos, também, a possibilidade de recebimento do “bolsa permanência”, programa que foi criado por meio da Portaria 389, de 09 de maio de 2013. O programa consiste em “uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas”.

No entanto, como essa pesquisa é voltada a estudantes que ingressaram pela forma integrada (ensino médio atrelado ao técnico) não nos detivemos à uma explanação longa deste tema.

Ao fazermos um link com as observações no estado da questão, percebemos que, assim como naquelas instituições, o IF Sul está atrelado às políticas de ações afirmativas concretizadas pela Assistência Estudantil, e por esse motivo, passamos a discorrer sobre elas na sessão a seguir.

3.3.1 Das Políticas da Assistência Estudantil do *campus* Pelotas para garantir Acesso e Permanência

O *campus* Pelotas, espaço no qual foi desenvolvida a pesquisa, atualmente, conta, no que tange a ações que visam o acesso e a permanência dos estudantes, com políticas adotadas pela Coordenadoria Assistência Estudantil - COAE, oferecendo benefícios aos alunos, que incluem: transporte urbano, transporte intermunicipal, alimentação (almoço e/ou jantar), auxílio moradia e auxílio material escolar. Tais benefícios são oferecidos por meio de Editais, publicados com periodicidade semestral.

A COAE oferece, também, a todos os alunos do *campus*, acompanhamento psicológico, instrumento importante que consiste em implementar ações vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão, que devem ser desenvolvidas de maneira vinculada à saúde e acesso, incluída aí questões ligadas à aprendizagem.

Ainda, segundo consta na descrição do serviço de psicologia¹⁷ do *campus* Pelotas, tal serviço “visa promover ações nas áreas de saúde; desenvolver atividades de orientação profissional; e fomentar e promover, em conjunto com os

¹⁷Disponível em: <http://pelotas.ifsul.edu.br/ensino/servico-de-psicologia> Acesso em 15 de maio de 2017.

demais profissionais da educação, ações para a permanência e êxito dos estudantes”.

Dentro deste ambiente da COAE há, ainda, o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), responsável pela preparação da instituição no acolhimento de pessoas cegas, surdas-mudas, deficientes físicos, dentre outros. Sendo assim, é um núcleo que trabalha com políticas inclusivas para garantir o acesso, a permanência e o êxito do estudante.

Ao lançar editais para processos seletivos de alunos para bolsas de monitorias para Cursos Técnicos de Nível Médio, o *campus* Pelotas torna efetiva uma das ações para permanência discente, combate à evasão e retenção, o que demonstra o empenho da escola com seus estudantes objetivando o seu êxito escolar.

Além disso, embora não esteja vinculado diretamente à COAE, o IFSul oferece atendimento médico e odontológico aos alunos e servidores. O setor que trata deste atendimento está ligado diretamente ao Gabinete do Diretor Geral do *campus*, mas não pode ficar de fora daquilo que chamamos de benefícios, ou de uma análise de sua importância no questionário aplicado, já que consideramos um auxílio aos alunos, que, por vezes não tem condições de arcar com os custos desses serviços essenciais à saúde e ao seu bem-estar, o que por sua vez, é imprescindível para o bom andamento acadêmico. Podemos citar, ainda, o projeto “Tô dentro”¹⁸, de autoria da servidora Camila Rodrigues De La Rocha, o qual tratava de um evento de acolhida aos estudantes, programado para ocorrer durante as primeiras semanas de aula. O objetivo era integrar alunos ingressantes e veteranos, bem como estudantes e servidores do IFSul (docentes e administrativos) por meio de atividades propostas pelos servidores, podendo contar com a participação de alunos veteranos na elaboração dessas atividades.

Atualmente este projeto está desativado mas, durante o seu desenvolvimento, propiciou, tanto aos estudantes quanto aos servidores, momentos de interação que, por sua vez, demonstraram que o IFSul buscou otimizar o acesso e a permanência de seus estudantes por meio de outros projetos.

Conforme De La Rocha (2014), a experiência serviu:

¹⁸ A página que contempla o projeto “Tô dentro” não está mais disponível dentro do site da instituição, mas ainda é possível verificar as questões, fotos e propostas na rede social *Facebook*, no link <https://www.facebook.com/todentroifsulpelotas/>. Acesso em 03 de abril de 2017.

[...] para mostrar as possibilidades de construção de um melhor relacionamento no meio escolar. A adesão e receptividade dos novos alunos se mostraram satisfatórias, e provaram que para melhorar as relações entre alunos e membros da instituição basta um tratamento acolhedor e respeitoso, que demonstre ao jovem sua importância para escola, e, mais que isso, que a escola está a serviço dele. (DE LA ROCHA, 2014, p. 06)

A figura 01, em sequência, retirada da página do projeto que consta na rede social *Facebook*, expõe claramente ao que se propõe essa acolhida aos estudantes, bem como os seus objetivos e quem poderia propor as atividades.

Figura 01: Pôster “Tô dentro”



Fonte: Perfil do “Tô dentro” no sítio de relacionamento *Facebook*¹⁹.

A autora conclui que “o mais importante é que todos os resultados positivos decorreram apenas de uma visão a partir do ponto de vista do aluno, a partir da utilização de sua linguagem, a partir de sua visão de mundo”.

Nesta seção discorreremos sobre os temas que abrangem as ações afirmativas, políticas públicas e questões de acesso e permanência dos alunos no IFSul. Observamos que alguns serviços e projetos vão além dos benefícios da assistência estudantil para o acesso e a permanência do estudante. Trouxemos,

¹⁹Disponível

em:

<https://www.facebook.com/todentroifsulpelotas/photos/a.1415546212018551.1073741828.1413238692249303/1415546152018557/?type=3&theater>. Acesso em 03 de abril de 2017

ainda, conceitos dos quais nos valem para caracterizar as questões dessa pesquisa.

Na seção a seguir passamos a constituir o estado da questão, etapa que consideramos essencial para o aprofundamento e relevância do tema.

3.4 Estado da Questão

Nesta etapa do trabalho dispusemos de estudos, artigos, dissertações e teses que possibilitaram o embasamento teórico-científico sobre o objeto desta pesquisa, a partir do qual conseguimos traçar um planejamento investigativo com fontes válidas.

O estado da questão configura-se como uma etapa da investigação que acreditamos ser necessária na medida em que proporciona o contato do pesquisador com o universo de conteúdos que se aproximam ou se assemelham ao seu objeto de pesquisa. Pautam o seu percurso metodológico em trajetos que já tenham sido, de alguma forma, testados com êxito.

Therrien, neste sentido, adverte sobre a finalidade do estado da questão, que, segundo ela, é a:

[...] de levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa. (THERRIEN, 2004, p.2)

E seu objetivo constitui-se, ainda, de acordo com Therrien (2004, p.3), em “Delimitar e caracterizar o objeto (específico) de investigação de interesse do pesquisador e a consequente identificação e definição das categorias centrais da abordagem teórico-metodológica”. Ademais, com o escopo de embasar a pesquisa em sustentação sólida, essa etapa permitiu o arranjo do referencial que serviu para delinear o ponto de partida desta investigação, por meio da:

[...] apresentação dos caminhos e das conclusões anteriormente registradas por outros estudiosos ou pelo próprio estudante/pesquisador [...]no seu modo próprio de argumentação e de apresentação, formula sua percepção original da questão ou da problemática em foco desvelando o horizonte que pretende atingir. (THERRIEN, 2004, p.5)

Concomitantemente à pesquisa bibliográfica fizemos a pesquisa exploratória. A temática e a relevância do objeto exigiram um aprofundamento maior com o tema e, neste sentido, a pesquisa exploratória se justifica uma vez que proporciona uma “[...] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.” (GIL, 2002, p.41)

Considerando que este estudo tratou das políticas afirmativas de acesso e permanência dos alunos ingressantes por meio das cotas raciais e sociais, a pesquisa exploratória foi utilizada apoiando-se na ideia de buscar “[...] levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto”. (SEVERINO, 2007, p.123)

Na constituição do estado da questão, em um primeiro momento, determinamos os tipos de trabalhos que seriam mapeados nos bancos de dados, delimitado em artigos, dissertações e teses. Os repositórios utilizados foram: a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT a partir do Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), por se constituírem, entre outras, em fontes com credibilidade e aquiescência na comunidade acadêmica.

A busca foi realizada a partir das palavras-chave apresentadas no resumo deste trabalho, levando em consideração ainda, alguns resultados com palavras assemelhadas, o que, depois da publicação, viabilizará o acesso de outros pesquisadores acerca desta temática. O filtro utilizado foi “Cotas; permanência; políticas afirmativas; educação.” no período dos anos de 2005 a 2016²⁰.

Em posse da listagem dos artigos, dissertações e teses encontradas foram aprofundadas as buscas nos repositórios das instituições de origem desses trabalhos, que consistem nos seguintes: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC RIO); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul(PUC RS); Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR); Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade

²⁰ Justificamos a opção pelo longo período de busca de 2005 a 2016 tendo em vista que, ao realizarmos busca em períodos mais próximos a 2016, encontramos poucos trabalhos e, como consideramos a temática da pesquisa importante, vimos, por bem, aumentarmos o período para que conseguíssemos mais trabalhos que pudessem subsidiar nossa pesquisa.

Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); e, Universidade de São Paulo (USP).

Apesar das diversas instituições citadas, o número de trabalhos encontrados com a temática pesquisada não foi expressivo. De propriedade desses dados, o total quantitativo dessa busca resultou em 29 trabalhos, sendo: 13 artigos, 12 dissertações e 04 teses, devidamente representados no quadro 01, a seguir:

Quadro 01 – Resultado da busca em repositórios

Palavras-chave: Cotas; permanência; políticas afirmativas; educação.	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Artigos científicos	X	2	X	3	X	X	X	4	1	2	1	X	13
Dissertações	1	X	1	X	1	1	2	X	1	2	2	1	12
Teses	X	X	1	1	1	1	X	X	X	X	X	X	04
TOTAL GERAL	1	2	2	4	2	2	2	4	2	4	3	1	29

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos resultados da busca foi efetuada a leitura dos resumos dos trabalhos – artigos, dissertações e teses – e, na sequência, identificados, respectivamente, o título do trabalho, o ano, o local, o objeto de estudo, a metodologia e as palavras-chave que são semelhantes as desta pesquisa (Apêndice 1).

Nessa catalogação (Apêndice 1) foram incluídos os trabalhos que resultaram da busca ampla sobre o assunto, mas que, em decorrência da ótica em que foram escritos, representam temas variados.

No decorrer dessa etapa, foram selecionados alguns trabalhos para uma leitura mais detalhada sobre o tema. Nesse aspecto, para a escolha dos trabalhos utilizamos como critérios de seleção a semelhança com o tema abordado. Assim, os trabalhos que trataram sobre as políticas afirmativas de acesso, e, principalmente de

políticas de permanência dos estudantes nas instituições de ensino, se tornaram o foco desta etapa.

Apontamos, nesse momento, que os parâmetros de escolha dos trabalhos incidiram na convergência de abordagem aspirada para esta pesquisa, tendo sido agrupados, numericamente, conforme quadro 02, a seguir:

Quadro 02 – Resultado final das pesquisas para análise

Tipos	Anos												Total
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Artigos científicos	X	1	X	1	X	X	X	1	1	1	0	X	5
Dissertações	0	X	1	X	1	0	0	X	0	0	1	1	4
Teses	X	X	0	0	1	0	X	X	X	X	X	X	1
TOTAL GERAL	0	1	1	1	2	0	0	1	1	1	1	1	10

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao final, encontramos 10 publicações, entre artigos, teses e dissertações, que abordaram a temática proposta e serviram de subsídio à investigação. Nas subseções a seguir apresentamos, por modalidade, um detalhamento maior acerca das pesquisas, a fim de familiarizar o leitor.

3.4.1 Dos Artigos

Perante a totalidade de 13 artigos encontrados com temática semelhante, optamos por analisar 05, em decorrência da aproximação com esse trabalho. No quadro abaixo elencamos os artigos pelo ano, título e autoria, estudados a fim de alavancar a nossa pesquisa.

Quadro 03 – Artigos Científicos selecionados para análise

Ano	Título	Autor
2006	Mitos e controvérsias sobre a política decotas para negros na educação superior	Mariluce Bittar; Carina E. Maciel de Almeida
2008	Ações Afirmativas e Estratégias de Permanência no Ensino Superior	Robinson Moreira Tenório; Dyane Brito Reis
2012	Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco	Cláudia Mayorga; Luciana Maria de Souza
2013	A Permanência de Estudantes nos cursos de graduação no Brasil: Uma categoria em construção	Carla B. Zandavalli M. Araújo

2014	Acesso e Permanência de estudantes negros e índios no ensino superior: uma análise dos trabalhos da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação – ANPED	Elenilson Evangelista da Silva; Benedito G. Eugenio
------	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

No artigo de Mariluce Bittar e Carina E. Maciel de Almeida, intitulado “Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior” (2006), as autoras analisaram o processo de implantação da política de cotas para negros na educação superior, tomando por base a implementação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

As autoras ainda investigaram em que medida o sistema de reserva de vagas pode ser considerado uma estratégia de acesso e permanência dos estudantes negros na educação superior.

Levando em consideração que a nossa pesquisa englobou as políticas afirmativas de acesso e permanência dos estudantes no IFSul, acreditamos que o artigo possui importância na medida em que contribuiu para o embasamento do trabalho.

No trabalho das autoras foram realizadas entrevistas com os alunos que prestaram vestibular, sendo que foi aferido que o sistema de cotas possibilita concorrência mais equitativa e igualdade de acesso. Assim, percebeu-se que as cotas favorecem o acesso à educação superior, no entanto, notou-se a necessidade de desenvolvimento de outras formas de políticas para promover a permanência desses alunos de maneira a concluírem os seus cursos.

Nas entrevistas, as autoras observaram as concepções dos alunos sobre as cotas como estratégias de acesso e como esses alunos se identificaram como negros. De acordo com elas: “É sabido que apenas uma política de acesso não garante conclusão da educação superior, mas apenas aponta possibilidades antes não pertinentes à realidade de estudantes negros e oriundos de escolas públicas.” (p.155)

Ainda, ressaltam o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico desses alunos, pela UEMS, e o oferecimento de bolsas àqueles que participam de projetos de pesquisa e extensão como forma de apoio a esses estudantes negros com o objetivo que concluam seus cursos. Essas afirmações nos levaram a refletir sobre as políticas de permanência adotadas no IFSul.

O artigo “Ações Afirmativas e Estratégias de Permanência no Ensino Superior” (2008), de autoria de Robinson Moreira Tenório e Dyane Brito Reis, buscou fazer uma reflexão sobre a permanência na Universidade, levando em consideração o estudante cotista que deve lidar com questões como: a preparação insuficiente na escola básica, a falta de recursos materiais e a discriminação racial.

Além da reflexão, o artigo trouxe dados de pesquisa empírica sobre as políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior e as estratégias educativas. Os autores ressaltaram que a UFBA, na época em que o artigo foi escrito, contava com mais de 2.000 alunos ingressantes pelo sistema de cotas, mas não dispunha de nem 50% deste total em bolsas de apoio à permanência.

Encontramos, no texto, a informação de que um dos mais abrangentes Projetos da Universidade em relação à permanência é o Programa Permanecer²¹, vinculado à Pro Reitoria de Assistência Estudantil. Esse programa tem por objetivo consolidar estruturas que garantam a permanência com qualidade e o sucesso de estudantes oriundos de grupos sub-representados na comunidade universitária ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, otimizando o seu desempenho acadêmico.

Como estratégias informais de permanência no ensino, os autores citaram as redes de solidariedade, núcleos de estudantes universitários negros e grupos de cooperação. E explicaram que prioritariamente, na UFBA, as ações afirmativas visavam o acesso e somente depois foram pensadas políticas de permanência.

Ressaltaram, ainda, com base nas entrevistas individuais, que, em decorrência das altas notas, os estudantes cotistas puderam se matricular nos primeiros dias e, assim, escolher matérias e concentrar os horários. Em virtude disso conseguem trabalhar ou estagiar em turno diverso.

Nesse artigo, os autores destacaram como se deu a criação do NENU (Núcleo de Estudantes Universitários Negros) e apontaram algumas ações e estratégias a partir de estratégias informais, nos remetendo a pensar sobre a mobilização dos alunos em agir por sua permanência e êxito.

Ademais, trouxe as políticas de permanência como centro de reflexão, tema que por vezes fica em segundo plano nos debates de democratização da universidade. Os autores sugeriram que devemos reconhecer as vozes dos sujeitos

²¹ Disponível em <http://www.permanecer.ufba.br/>. Acesso em 11 junho 2016.

para a possibilidade de ampliação do horizonte democrático, o qual almeja ser resultado da luta pela igualdade e valorização da diferença.

No trabalho “Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco”, escrito por Claudia Mayorga e Luciana Maria de Souza, as autoras discorreram sobre as políticas afirmativas na universidade pública brasileira, analisando as políticas de permanência.

Assim, foram realizadas reflexões sobre o trabalho efetivado no espaço do Programa Conexões de Saberes na UFMG que, no decorrer de seis anos de existência, procurou elaborar política de ação afirmativa de permanência para alunos negros e pobres da mesma instituição.

A compreensão do contexto das dificuldades, dilemas, conquistas e superações no processo de ingresso dos estudantes no ensino superior se apresentou como uma condição para delinear a proposta de um programa de permanência com qualidade.

Entre os anos de 2005 a 2011 houve a partilha dos momentos, história, trajetória, elaboração e redação de memorial e compartilhamento em reuniões e encontros. As autoras realizaram a análise dos relatos e ressaltaram a importância das alterações políticas e sociais que transformem a realidade de desigualdade e injustiça também existente no ensino superior.

No levantamento realizado, observamos que muitas instituições ainda apresentam políticas tradicionais de permanência, como alimentação, bolsa trabalho/manutenção e moradia (bolsa moradia ou residência universitária). Inferem que isso se repete por todo o país, sendo variável a presença de programas de saúde, assistência psicológica, auxílio transporte e ensino de línguas e informática e que são raros os casos de políticas que têm o sentido de mobilizar seus diversos atores para a recepção da diversidade em todos seus âmbitos ou, ainda, a inserção de estudantes caracterizados como “socialmente desfavorecidos” em programas de pesquisa e extensão.

Ressaltaram, também, que os problemas vivenciados pelos estudantes, no cotidiano, foram além de questões econômicas e, diante disso, destacaram que a mudança do perfil social e étnico-racial dos alunos não exige exclusivamente alterações de caráter quantitativo (aumento de bolsas ou de refeições), mas sim, a exigência de alteração estrutural do perfil discente, alteração no funcionamento do

cotidiano da instituição, adequação de novas demandas e inovação, invenção e criatividade para a criação de propostas que contemplem a especificidade dos estudantes cotistas sem marginalizá-los pelo rótulo de “carência”.

Além disso, destacaram pontos importantes para política de permanência, como a sensibilização da universidade; o apoio à formação acadêmica dos estudantes de negros e pobres; as bolsas de permanência, moradia e alimentação; a valorização afirmativa de trajetórias e identidades de estudantes negros e pobres. Por fim, concluíram destacando a necessidade de uma política que tenha a pretensão de transformação das desigualdades sociais e raciais, sendo que esta não pode se resumir a uma conduta assistencialista.

No ensaio intitulado “A Permanência de Estudantes nos cursos de graduação no Brasil: Uma categoria em construção”, a autora Carla B. Zandavalli M. Araújo analisou a abordagem da categoria “permanência” nos periódicos da área da educação e a existência de dados empíricos que comprovem a efetiva permanência dos estudantes nos cursos de graduação no Brasil.

A análise foi realizada no período que abrange os anos de 1996 a 2011, tendo sido complementada pela busca nas bases de dados: SciELO e Capes. A autora ainda fez um levantamento de evidências concretas que possibilitam a permanência, na legislação e a sua identificação a partir dos dados oficiais disponíveis sobre educação no Brasil analisando detalhadamente alguns desses dados.

Ademais, trouxe a informação de que o movimento de expansão da educação ainda não diminui as desigualdades presentes no sistema e que o estudo da “permanência” requer o entendimento da sua efetividade com base no real, por isso a necessidade de aprofundamento sobre o tema.

Dando sequência, no trabalho “Acesso e Permanência de estudantes negros e índios no ensino superior: uma análise dos trabalhos da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação – ANPED”, os autores Elenilson Evangelista da Silva e; Benedito G. Eugenio objetivaram discutir as políticas de ações afirmativas para estudantes negros e indígenas provenientes de meios populares. Buscaram compreender e analisar trabalhos apresentados na ANPED.

O período da pesquisa ampla ficou compreendido entre 2007 e 2013, no entanto, a análise detalhada compreendeu os trabalhos publicados entre 2012 e

2013. Deduziram, com base nos trabalhos analisados, que as discussões sobre ações afirmativas por vezes relatam sua importância, por outras a problematização. Ressaltaram, ainda, que as cotas são necessárias para tornar legítimos os direitos de quem está em situação de desigualdade. Ademais, salientam que aqueles alunos advindos dos meios populares têm dificuldade de ingressar na academia e por este motivo é necessário pensar em sua permanência, tanto financeira quanto pedagogicamente para que sua participação seja idealizada de forma mais equânime.

3.4.2 Das Dissertações

A busca das dissertações considerou uma totalidade de 12 trabalhos publicados no período de 2005 a 2016. Desse total, escolhemos 04 que se aproximam mais da problemática discutida nesse trabalho.

Com base nessas 04 dissertações, extraímos alguns aspectos que nos pareceram essenciais e possibilitaram uma base para nossa pesquisa, como os objetivos, a metodologia e os resultados. No quadro a seguir (Quadro 04), apresentamos os trabalhos, em ordem cronológica, de forma sintética. Em seguida apresentamos as informações mais relevantes sobre cada um deles.

Quadro 04 – Dissertações selecionadas para análise

Ano	Título	Autor
2007	Políticas de acesso a educação superior: o sistema de cotas para negros	Marcelo Giovani Batista Maia
2009	As ações afirmativas na UERJ: trajetórias sociais e perspectivas dos estudantes cotistas no desafio do acesso à universidade	Clarissa Fernandes do Rêgo Barros
2015	Políticas públicas na educação superior: as ações de permanência para estudantes cotistas no programa de ações afirmativas da UFRGS	Rita de Cássia Soares de Souza Bueno
2016	Estudantes Universitários em contextos emergentes: experiências de participantes da Política de Ação Afirmativa na UFRGS	Maria Helena Erig

Fonte: Elaborado pela autora.

Na dissertação “Políticas de acesso à educação superior: o sistema de cotas para negros”, o autor Marcelo Giovani Batista Maia buscou analisar as políticas de acesso à educação superior, destacando, principalmente, o sistema de

cotas para negros – verificou as razões da necessidade de adoção desse sistema e as políticas de acesso e permanência mediante ações afirmativas—. Ainda verificou se essas políticas cumprem suas finalidades.

A abordagem metodológica da pesquisa foi de caráter qualitativo, compreendendo pesquisa bibliográfica de diversos autores e pesquisa de campo abrangendo entrevistas com integrantes de movimentos negros e dirigentes/docentes de IES, em que a política de acesso tenha sido adotada em Curitiba. Tentou verificar a percepção do sistema de cotas e dificuldades para sua implementação. A escolha do público da entrevista deu-se em decorrência do envolvimento deste com as questões atinentes ao sistema de cotas.

O universo da entrevista deu-se com 03 (três) integrantes do movimento negro e 12 (doze) dirigentes/docentes de instituições do Ensino Superior. A entrevista consistia na opinião desses sujeitos sobre o sistema de cotas para o acesso de negros no ensino superior. A verificação se deu por meio de método comparativo entre as respostas fornecidas sobre desigualdade; acesso ao ensino superior e eficácia do sistema de cotas.

Assim, foram feitos 03 (três) questionamentos abertos e 02 (dois) com resposta afirmativa ou negativa solicitando justificativa. A partir daí, traçados os paralelos com as respostas.

Em relação ao acesso, a resposta predominante entre os entrevistados do movimento negro foi a de que os principais problemas são de ordem socioeconômica, problema histórico cultural e estrutural, discriminação racial, valor das mensalidades e falta de universidades públicas que supram a demanda. Ainda, foi referida, a dimensão histórica do papel social do negro e do branco na sociedade brasileira. No que tange à resposta de alguns docentes, estas contemplaram desde a conceituação de negro, à autodeclaração e também o mérito. No que diz respeito às políticas institucionais para alunos ingressos de cotas, destacou que não é uma necessidade apenas dos alunos negros, essas políticas deveriam ser generalizadas. No entanto, entende que deve haver um sistema especial de orientação e formação. Ressaltou, ainda, questões sobre preconceito e eficácia da política de cotas.

O estudo foi finalizado asseverando que as ações afirmativas, bem como o sistema de cotas são apenas dois meios que podem ser utilizados como instrumentos capazes de promover a mobilidade social aos negros, mas que devem

vir acompanhadas de outras propostas de cunho social como, por exemplo, melhoria na qualidade do ensino público de primeiro e segundo graus; políticas de distribuição de renda; aumentos e reajustes reais de salários e vencimentos, etc. Dentre outras conclusões, deixou o desafio de contribuição para o reconhecimento da multiculturalidade, pelos saberes e pela cidadania.

No trabalho “As ações afirmativas na UERJ: trajetórias sociais e perspectivas dos estudantes cotistas no desafio do acesso à universidade”, a autora Clarissa Fernandes do Rêgo Barros teve por objetivo compreender o tipo de aluno que ingressa pela política de cotas, que opção de cotas ele escolhe e o motivo que o levou a escolher esse sistema de reserva para chegar ao ensino superior. A ideia da autora foi analisar a política de ação afirmativa além do discurso racial.

A opção metodológica foi pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas com 11 (onze) estudantes cotistas da UERJ, que proporcionou, ao longo do trabalho, debates sobre as cotas, raça, tipos de cotas, justificativas que ensejam o acesso pelas cotas, a trajetória escolar e a importância da universidade. O instrumento de pesquisa constituiu-se em um questionário aberto, dividido em duas partes, “Trajetórias sociais”, formado por 07 (sete) perguntas, e “Sobre o ingresso na universidade”, que abrange 09 (nove) perguntas.

Após a investigação, a autora concluiu que as políticas de ação afirmativa contribuíram para a redução das distâncias sociais entre grupos étnicos diversos de forma imediata, embora contrariassem o caráter universal das políticas sociais. E, ainda, que a análise da importância das cotas permitiu a compreensão das políticas afirmativas, não apenas como mecanismo de diversidade, mas também como forma de justiça social.

Na dissertação “Políticas públicas na educação superior: as ações de permanência para estudantes cotistas no programa de ações afirmativas da UFRGS”, a autora Rita de Cássia Soares de Souza Bueno teve por objetivo incentivar o debate sobre as ações de permanência discutindo as seguintes propostas: “para promover a justiça social e inclusão social após o acesso dos cotistas; para desenvolver as práticas institucionais das ações de permanência para estes acadêmicos.” A questão levantada foi como e se as ações de permanência implementadas pela UFRGS para cotistas atendiam as perspectivas de inclusão social e justiça social na ampliação do direito à educação superior.

A metodologia utilizada foi um levantamento documental e entrevistas utilizando pressupostos da análise de conteúdo. A autora trouxe análises qualitativas e quantitativas referente aos relatórios institucionais que avaliam o programa de ações afirmativas da UFRGS que foram apresentados em 2012 e 2014. As unidades de análise empregadas correspondem a: documentos político-normativos; relatórios de acompanhamento e avaliação de programa de ações afirmativas; e, entrevistas com atores da macroestrutura da instituição.

A autora indicou que o espaço da UFRGS precisa lidar com grandes desafios, em especial na dimensão transformativa, propondo mudanças estruturais no educandário. Percebeu, ao inter-relacionar resultados da pesquisa com referenciais teóricos, que as ações de permanência marcam um modelo unidimensional, encaminhando-se ao bidimensional (questões compensatórias e questões transformativas). Contudo, é frágil sob a ótica de um exemplo multidimensional, que incluiria tanto questões compensatórias, quanto afirmativas, mas também a participação democrática na edificação das políticas afirmativas.

Por último, na dissertação “Estudantes Universitários em contextos emergentes: experiências de participantes da Política de Ação Afirmativa na UFRGS”, a autora Maria Helena Erig nos remeteu a pensar sobre a adaptação dos estudantes cotistas às exigências da universidade, tendo como problema de pesquisa a permanência dos estudantes ingressantes pela reserva de vagas sob a ótica do estudante beneficiário da política afirmativa.

A abordagem metodológica se deu a partir de uma análise textual discursiva utilizando-se do ciclo de políticas: contexto de influência, contexto de produção de texto e contexto da prática, formulada por Stephen Ball e Richard Bowe. A autora ainda utilizou entrevistas semiestruturadas como método investigativo e teve como modelo de análise os princípios da análise textual discursiva, sendo levantadas categorias emergentes.

Foi ressaltada a percepção dos entrevistados em relação ao Programa de Ações Afirmativas da universidade, sendo aferido que estes sujeitos vislumbram as cotas como via de acesso à educação superior, além de possibilidade de mobilidade social. Contudo, relataram também a discriminação que ocorre dentro da comunidade universitária. Em relação à avaliação da política de cotas, os estudantes apontaram a necessidade de ajustes, levando em consideração o perfil do aluno

cotista. A autora concluiu que os estudantes entrevistados conseguiram perceber a política de cotas na universidade como necessária para o ingresso, no entanto, insuficiente para a permanência, e que esta política está progredindo de forma lenta no que se refere à avaliação de desempenho acadêmico, assistência estudantil, bolsas e apoio pedagógico.

3.4.3 Das Teses

Na pesquisa por teses, foram encontradas 04 (quatro) na totalidade, sendo que selecionamos para análise apenas 01 (uma), conforme quadro a seguir, que aborda o tema desta pesquisa:

Quadro 05 – Tese selecionada para análise

Ano	Título	Autor
2009	Para além das cotas. A permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa	Dyane Brito Reis Santos

Fonte: Elaborado pela autora.

Na tese intitulada “Para além das cotas. A permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa”, a autora Dyane Brito Reis Santos se propôs a analisar como tem sido elaborada e/ou incorporada na universidade as políticas de permanência e qual o significado material e simbólico dessa permanência.

Utilizou como metodologia a abordagem qualitativa com estudos quantitativos, sendo aplicado um instrumento com 100 (cem) estudantes autodeclarados negros, pretos ou pardos e, em sua maioria, ingressos de reserva de vagas.

Sintetiza que o resultado encontrado após a análise do instrumento de pesquisa dá conta de que a permanência (tanto material quanto simbólica) como ponto de política afirmativa do educandário, é um processo em construção e pode ser descrito como “alguns projetos institucionais de permanência e uma gama de estratégias informais criadas pelos estudantes a fim de se manter na universidade”.

Neste capítulo apresentamos as publicações científicas com temática semelhante ao nosso estudo, ou seja, pesquisas que envolveram questões sobre as ações afirmativas de acesso e permanência de alunos cotistas.

A busca e o breve relato das publicações encontradas foram feitas com o intuito de, além de servir de base à esta pesquisa (no campo metodológico e teórico), situar a nós e o leitor na perspectiva e relevância do objeto que nos propomos investigar.

Percebemos que ainda há muita discussão no que se refere às ações afirmativas no campo da permanência dos alunos cotistas. A maioria das discussões apresentadas nos trabalhos analisados nesta seção demonstra haver restrições às ações de permanência, sendo essas vinculadas apenas à assistência estudantil e/ou bolsas de auxílio. Nesse contexto, são poucas ou subjetivas as questões que tratam de ações afirmativas inovadoras.

Os trabalhos deram conta de trazer à tona a importância dada, pelas instituições, em primeiro garantir o acesso para, apenas posteriormente, refletir sobre as questões de permanência. Ressaltaram, ainda, a relevância de considerar as dificuldades, dilemas, superações dos alunos que ingressaram pelas cotas. Além disso, trouxeram a importância de verificação das razões de necessidade de ações para a redução de distâncias sociais, ressaltando as cotas não como mecanismo de disparidade, e sim como meio de justiça social.

Assim, temos que a questão da permanência como uma política afirmativa é um processo em construção sendo necessário realizar um estudo específico em um universo determinado. Nesse sentido, nossa pesquisa buscou levantar dados e discutir a questão do acesso e, principalmente, da permanência dos alunos cotistas no IFSul, para que, ao final, possamos refletir sobre ações que previnam a evasão e/ou retenção. Para esta análise usamos por parâmetro os alunos ingressantes no IFSul *campus* Pelotas, na forma integrada, com matrícula referente ao período letivo 2014/1.

As reflexões mais relevantes acerca do acesso e permanência, apontadas nas pesquisas que fazem parte deste estado da questão, serviram de base para elencarmos as categorias de análise desta pesquisa, sendo elas: Grupos “A” e “B” e discussão de dados sistêmicos; cotas para acesso ao ensino técnico de nível médio: incidência na permanência e êxito do aluno, e; acesso às políticas de assistência e seus reflexos nos índices de evasão. Essas categorias foram elencadas e debatidas levando em consideração as questões individuais dos ingressos cotistas, as políticas existentes na instituição e a perspectiva desses alunos sobre as cotas.

Na seção a seguir fizemos uma breve reflexão sobre a temática da pesquisa, expondo o que levantamos com importantes categorias de análises.

3.5. Relacionando conceitos trabalhados a atual conjuntura

Ao vincularmos os conceitos trazidos na primeira parte deste capítulo sobre ações afirmativas, questões alusivas ao acesso e permanência, com os trabalhos analisados e expostos na seção que trata do Estado da Questão podemos perceber, inicialmente, que a temática de cotas no ensino médio, em cursos técnicos, da forma integrada não é alvo de muitos estudos. Em verdade, o que mais vemos são as cotas para acesso e permanência no ensino superior, mas em nada se opõe a fazermos uma comparação aos cursos de ensino médio.

Atualmente nossa legislação abrange as cotas e obriga, inclusive, as instituições de ensino a fazerem uso dessa sistemática. Parece que a preocupação com a educação segue por parte do governo, tanto que houve ampliação das cotas, agora para incluir as pessoas com deficiência, conforme alteração feita pela Portaria Normativa nº 9, de 05/05/2017 do MEC. No entanto, essa preocupação com a inclusão e a universalização do ensino esbarra em algumas medidas tomadas pelo governo que passamos a expor.

É importante trazermos a essa reflexão o fato de o Brasil estar passando atualmente por mudanças bruscas no que diz respeito à Educação. Tivemos a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241/2016, mais conhecida no âmbito da educação como “PEC da morte”, já que congela gastos com investimentos na educação da população Brasileira. Essa PEC, que foi aprovada e passou a ser chamada como Emenda Constitucional nº 95/2016, trata especificamente da instituição de um novo regime fiscal, a partir do qual os gastos com saúde, educação, etc., passam a ter um teto.

Esse novo regime fiscal, pela previsão da EC 95/2016 tem o prazo de 20 anos para vigorar, sendo esse o tempo considerado necessário para que a dívida pública fique estagnada ou, como no próprio texto diz, “permaneça em um patamar seguro”.

Ocorre que, com a devida vênia, esses desmandos governamentais ao limitar os gastos com a educação (que acreditamos já serem insuficientes) podem sim afetar a situação das escolas e, principalmente, a sociedade, que fica à mercê

de tais medidas. No que diz respeito ao acesso dos estudantes, inferimos que poderemos ter um “caos” quando, por conta dessa falta de investimento, o número de vagas ofertadas for reduzido e por consequência disso, o ingresso a alunos cotistas passe a ser limitado.

A própria ideia da cota, no sentido de universalizar o acesso à educação, fica prejudicada na medida em que não há interesse que a população que mais precisa tenha acesso à educação pública quando não se tem investimento nessa área. Fica aqui registrada nossa preocupação com o sujeito que precisa desse recurso e poderá vir a ter esse direito privado.

A criação do “MedioTec”²², pelo MEC, demonstra a que vieram as últimas reformas – a formação de mão de obra e descontinuidade do ensino. O Brasil está se constituindo de jovens trabalhadores que estancam sua educação no ensino técnico, pois não é mais vantagem que possuam curso superior, aperfeiçoamentos e pós-graduação.

Nos termos de Charlot (Edição Digital), o modo de articulação entre a escola e a sociedade se tornou um meio de garantir uma boa carreira profissional:

[...] a possibilidade de encontrar um “bom emprego” (interessante, bem pago, bem situado na hierarquia social) dependem do nível de êxito na escola. Por consequência, esse êxito é um ponto de passagem obrigatório para se ter uma vida “normal” e, ainda mais, para se beneficiar de uma ascensão social. Em outras palavras, é sua vida futura que os jovens jogam na escola.” (CHARLOT, Edição Digital, p.131)

Outra modificação que trouxe aspectos relevantes neste último ano, tendo se concretizado em 2017, foram as alterações realizadas pela Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, em alguns dispositivos da LDB. Essa Lei, debatida desde 2016, foi fruto de alterações propostas pela Medida Provisória 746/2016 (já revogada, já que a Lei passou a vigorar). Uma das mudanças mais significativas trazidas por essa alteração legislativa, sob a nossa ótica, foi a instituição de uma política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral.

Arriscamos enunciar que um sistema educacional, como o do Brasil, que funciona de forma gradual e progressiva, que passa por inúmeras dificuldades e barreiras impostas pela falta de investimento do Estado, agora com as limitações orçamentárias em decorrência da EC 95/2016, não se sustenta. Não conseguimos

²²Uma forma de extensão do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - que possui como objetivo a formação técnica e profissional para alunos do ensino médio em tempo integral nas escolas.

vislumbrar como um país, sem incentivo financeiro, fiscal e orçamentário à educação pode propor um ensino integral sem sequer suprir as deficiências básicas das escolas.

Nesse sentido, inferimos que as políticas de ações afirmativas podem vir a sofrer cortes prejudicando uma educação pública, de qualidade, tornando ineficaz a universalização da educação, deixando aos jovens pouco espaço para uma formação continuada e de qualidade, que não seja pura e simplesmente para lhe tornar uma mão de obra barata com um “sucesso” inverídico.

Logo, o que trouxemos nessa reflexão foi um apanhado de novas e atuais decisões e medidas de um governo, que passa por uma grave crise econômica, política, cultural e social, e, portanto, nossas deduções são baseadas em fatos recentes que podem vir a se concretizar (ou não).

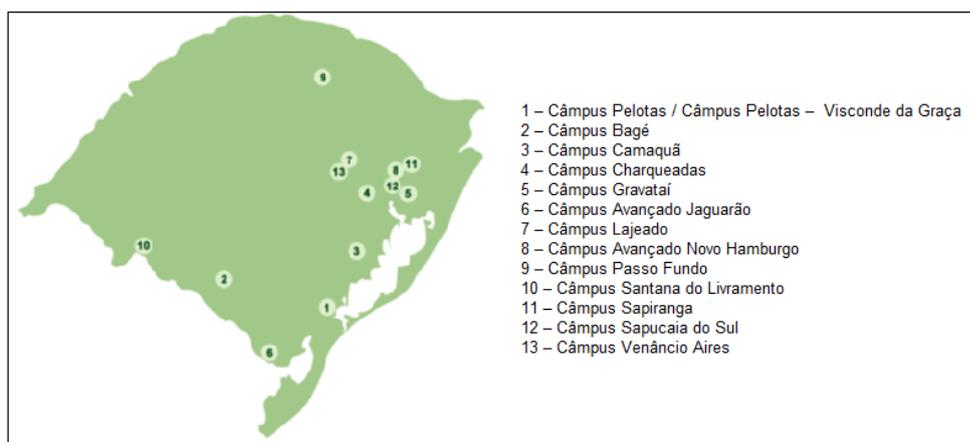
Com base em todos esses pontos debatidos é que constituímos as nossas categorias de análise, verificando, dessa forma, a incidência das cotas na permanência e êxito, bem como o acesso às políticas de assistência e reflexos nos índices de evasão. No capítulo a seguir expusemos a metodologia a ser utilizada neste trabalho e os procedimentos que foram adotados no decorrer da pesquisa para coleta de dados.

4. METODOLOGIA

Nosso intento de pesquisa versa sobre a forma como vem ocorrendo o acesso aos cursos da modalidade integrado do IFSul *campus* Pelotas, por meio de reserva de vagas (cotas) e quais são as políticas de ações afirmativas de permanência desses alunos. Ainda, de qual forma são propostas, como o estudante se utiliza dessas ações e se tem alguma contribuição na sua elaboração. No tocante ao índice de evasão, nos disponibilizamos a verificar se é alto entre os cotistas e quais motivos ensejaram a evasão.

Para situar o leitor, trazemos um pequeno histórico da instituição pesquisada: o Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense faz parte de uma Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, proveniente do antigo CEFET-RS, e instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Atualmente, o IFSul é composto por 14 *campus*, conforme figura 01 a seguir, somados a Reitoria, que se localiza também em Pelotas/RS, juntamente com os *campi* Pelotas e Pelotas-Visconde da Graça.

Figura 01: Distribuição dos *campus* do IFSul



Fonte: Instituto Federal Sul-rio-grandense²³.

O espaço de nossa pesquisa ficou, então, delimitado ao *campus* Pelotas, situado na cidade de Pelotas – Rio Grande do Sul, pela facilidade na coleta de informações.

²³ Disponível em <http://www.ifsul.edu.br/mapa>. Acesso em 08 de abril de 2017.

Ainda, para a percepção do leitor de como ocorreu a aplicação do sistema de cotas no IFSul, ressaltamos que o debate sobre a questão iniciou em 2012, quando a Lei que rege o tema passou a vigorar. Logo, em 2013, quando lançado o Edital para ingresso via processo seletivo no IFSul para o ano letivo de 2014, a instituição já aderiu à proposta legislativa fazendo valer o dispositivo legal. O cumprimento da Lei e das portarias normativas que regem as cotas seguem em debate constante e, sempre que surgem alterações, como no ano de 2017²⁴, essas medidas são implementadas pelo IFSul assim que possível.

Estando definida a investigação, optamos pela pesquisa qualitativa com nuances quantitativas no que se refere aos percentuais a serem levantados. Sobre a pesquisa qualitativa, Denzin e Lincoln (2006, p.17) elucidam que: “é uma atividade situada que localiza o observador no mundo” e nos permite compreender as questões envolvidas no universo da pesquisa com maior profundidade.

Dias e Silva (2009, p. 34), também sobre os métodos qualitativos, esclarecem que “[...] são projetados para ajudar os pesquisadores a mergulhar no contexto da pesquisa e a compreender as teorias, as pessoas e os contextos sociais e culturais que envolvem a pesquisa.”

As nuances quantitativas a que nos referimos anteriormente se dará com a coleta de dados no sistema Q-acadêmico²⁵ a partir dos quais, tabulados percentualmente, poderemos verificar o desempenho no acesso e no rendimento escolar obtido pelos alunos.

Assim, tendo sido definido o objeto de pesquisa e a necessidade de utilização de método qualitativo para a análise em virtude da necessidade de compreensão do contexto em que estão inseridos os alunos cotistas, optamos por utilizar o estudo de caso como abordagem.

Isso porque de acordo com Goode e Hatt (1968, p.421) é considerado um “método de olhar a realidade social”, o que nos permitirá entender algumas questões abarcadas no contexto social dos alunos que acessam e permanecem, com ou sem

²⁴ A portaria que rege o ingresso por cotas foi alterada, passando a implementar cotas de ingresso para pessoas deficientes incluídas no quantitativo de vagas reservadas anteriormente, o que está sendo ponto de debate para aplicação assim que possível no IFSul.

²⁵ O sistema Q-Acadêmico, de propriedade da Qualidata, conforme http://www2.qualidata.com.br/q_academico.htm, é uma ferramenta de gestão acadêmica que possibilita, em um universo de informações e base de dados, que sejam produzidos de relatórios e estatísticas. Além disso, fornece diversos dados relevantes para a Instituição com o cadastro dos alunos e informações acadêmicas destes. Acesso em 16/05/2017.

êxito escolar, além de poder verificar as causas da evasão escolar. Os autores ainda elucidam que o estudo de caso se caracteriza como um meio de ver a realidade social através de várias técnicas, como observação, coleta de dados, entrevistas, as quais formam um:

[...] meio de organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado [...] uma abordagem que considera qualquer unidade social como um todo [...] [e] inclui o desenvolvimento dessa unidade, que pode ser uma pessoa, [...] ou um grupo social, [...] ou mesmo uma cultura [...] (GOODE; HATT, 1968, p. 422)

Acrescentamos, ainda, a conceituação da metodologia de estudo de caso por outro autor (Yin), que esclarece que um estudo de caso:

[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes. [...] A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados. (YIN, 2015, p.17 - 18)

Ressaltamos que a análise dos dados e do questionário foi feita de acordo com a análise de conteúdo, sendo subsidiada por Bardin (2011). Em um primeiro momento, de pré-análise, tivemos contato com documentos, respostas dos questionários e demais fontes; e, após, passamos à exploração do material e categorização, para finalmente chegarmos à fase de tratamento dos resultados e interpretação por meio de inferências.

Na sequência, passamos a explicar como se deu a coleta de dados e categorias que foram consideradas na análise de maneira mais detalhada.

4.1 Da coleta de dados e das categorias

Primeiramente foram realizadas buscas do quantitativo de alunos que ingressaram no IFSul, *campus* Pelotas, para a modalidade integrada de ensino, por meio de um tipo²⁶ de cota prevista na Lei 12.711/12 e regulamentada pelo Decreto

²⁶ A Lei 12.711/12 prevê diferentes requisitos para ingresso. Listamos aqui as quatro cotas previstas nesta lei para um melhor entendimento.

7.824/12. Cabe acrescentar que existe uma portaria normativa do Ministério da Educação (Portaria Normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012), a qual dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012 e que também usamos de base na composição deste trabalho.

Para a pesquisa utilizamos a cota denominada L4, que engloba candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independentemente de renda desde que tenham cursado integralmente o ensino fundamental, com ingresso no ano letivo 2014/1, sendo que, *a priori*, estavam inclusos na análise todos os cursos em que existiam candidatos que ingressaram por essa modalidade.

Observamos, a partir do sistema Q-Acadêmico, que o número de alunos que ingressou por essa modalidade de reserva, para o período letivo 2014/1, foi pequeno (foram encontrados 20 registros de ingressos pela cota L4 em cursos integrados do IFSul), o que permitiu o desenvolvimento da análise em todos os cursos que apresentaram algum aluno matriculado que ingressou por meio dessa reserva nesse período letivo.

Conforme apontado nas intenções da pesquisa, em decorrência do pouco tempo decorrido entre a publicação e a vigência da lei que prevê a reserva de vagas, bem como sua implementação no IFSul, trabalhamos com o quantitativo de alunos encontrados referente ao já citado período letivo (2014/1).

Assim, ao realizarmos a busca inicial, tivemos acesso a, além da quantidade de alunos, o nome, a idade, o endereço de e-mail, o curso de sua escolha, entre outros dados, e foi possível separar os pesquisados em dois grupos: “A” e “B”, utilizando como critério os alunos que, devidamente matriculados, utilizam ou já utilizaram (grupo “A”), e os que não utilizam (grupo “B”) os benefícios da Assistência Estudantil – AE (qualquer benefício/auxílio que o educandário disponha

L1 – Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (art.14, I, Portaria Normativa nº 18/2012) e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública;

L2 – Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (art.14, I, Portaria Normativa nº 18/2012) e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública;

L3 – Candidatos que, independente da renda (art.14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública;

L4 – Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independente da renda (art.14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

por meio da AE). A seguir, foi aferido o número total de alunos com os quais trabalhamos no decorrer da pesquisa em cada grupo.

Na sequência, em relação ao grupo “A” (alunos que utilizam ou já utilizaram benefício da AE), foi aplicado instrumento de pesquisa (questionário) com o intuito de verificar as condições de acesso, o perfil deste aluno (renda familiar e declaração de etnia, bem como o alcance da política de cotas). Concomitantemente, em relação ao grupo “B” (que não usufruiu dos benefícios da AE) foi aplicado o mesmo instrumento, haja vista a peculiaridade de ingresso por cota e não utilização de benefícios da Assistência Estudantil, o que por si só caracteriza uma situação excepcional.

Nessa seção tratamos sobre a metodologia que utilizamos no decorrer desta pesquisa. Optamos por utilizar o estudo de caso, qualitativo com nuances quantitativas no que se refere a percentuais a serem levantados.

Alinhavamos as intenções de coletas de dados e categorias, que se dividiram, inicialmente, em: grupos “A” e “B” e dados sistêmicos; cotas para acesso ao ensino técnico de nível médio: incidência na permanência e êxito do aluno, e; acesso a políticas de assistência e seus reflexos nos índices de evasão.

Em cada categoria de análise, com base nos conceitos da análise de conteúdo de Bardin (2011), nos valem de inferências sobre os dados sistêmicos e sobre as informações prestadas pelos informantes, o que nos levou às conclusões deste trabalho. No capítulo a seguir explanamos sobre o percurso que realizamos em relação à coleta de dados, bem como apresentamos e discutimos os resultados.

5. DO PERCURSO À COLETA DE DADOS – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Com base no sistema Q-Seleção²⁷, também utilizado pelo IFSul, o processo seletivo de candidatos para o período letivo de 2014/01 teve, de modo geral, 3.457 alunos inscritos em cursos técnicos integrados para o *campus* Pelotas, sendo que desse total, confirmaram a sua inscrição para participar da seleção 2.495 candidatos. Dos confirmados, apenas 45 candidatos se inscreveram para concorrer pela cota L4, e apenas 20 alunos se matricularam como cotistas L4 após o processo seletivo de ingresso.

Após a coleta de dados no sistema Q-Acadêmico, identificamos o universo de 20 alunos que correspondiam a pesquisa. Com as informações extraídas do sistema, em um primeiro momento, pudemos listar os seus dados pessoais (e-mail e telefone) e, por meio de comunicação via e-mail (Apêndice 2), propusemos a aplicação do instrumento de pesquisa, questionário elaborado com dados necessários para a investigação (Apêndice 3).

Após duas semanas não obtivemos nenhuma resposta dos alunos que ingressaram por cotas no ano de 2014/1. Tal situação ensejou que fossemos em busca desses alunos de forma mais incisiva e diferenciada, já que suas respostas eram fundamentais para as análises e conclusões desta pesquisa.

Desta forma, como estratégia inicial de alcance, buscamos individualmente (aqueles 13 que permanecem matriculados) junto ao Departamento de Ensino da escola para localizar as turmas nas quais teriam aulas e, então, pessoalmente ter uma conversa sobre a importância da pesquisa e de sua participação. Explicamos que os resultados serão apresentados à escola como forma de instrumentar mecanismos de melhoria tanto para o acesso quanto para a permanência dos alunos cotistas.

Em relação aos 07 restantes, evadidos, tentamos um novo contato via e-mail. Não obtivemos nenhum retorno e, assim, inovamos na forma de abordagem,

²⁷ O sistema Q-Seleção, de propriedade da Qualidata, conforme descrição em http://www2.qualidata.com.br/q_selecao.htm, tem como objetivo controlar todo o processo seletivo da instituição de ensino, da inscrição (que pode ser feita pela internet), emissão de relatórios operacionais, e processamento até a disponibilização do resultado na internet. [...] O Q-Seleção integra-se ao Q-Acadêmico, permitindo que a matrícula dos candidatos aprovados [...]. Atendendo as mais recentes solicitações quanto aos processos seletivos do país, contempla o Q-Seleção aproveitamento de notas do ENEM e a configuração de cota de vagas. Acesso em 16/05/2017

chamando-os a responder o nosso instrumento de pesquisa de maneira mais informal, via redes sociais como *Facebook* e *Whatsapp*.

Alguns daqueles que fizemos contato pessoalmente na escola prontamente responderam o nosso instrumento de pesquisa. Os que não responderam ao chamado pessoal, foram contatados novamente via redes sociais (*Facebook*) reafirmando a importância de sua participação. Esta estratégia teve mais sucesso, uma vez que, os que não o fizeram imediatamente, foram movidos a fazê-lo quando abordados de outra maneira, via *Facebook*.

Em relação aos alunos evadidos (total de 07), apenas 1 aluno se prontificou a responder, apesar de todo o esforço aplicado na busca de respostas desse público.

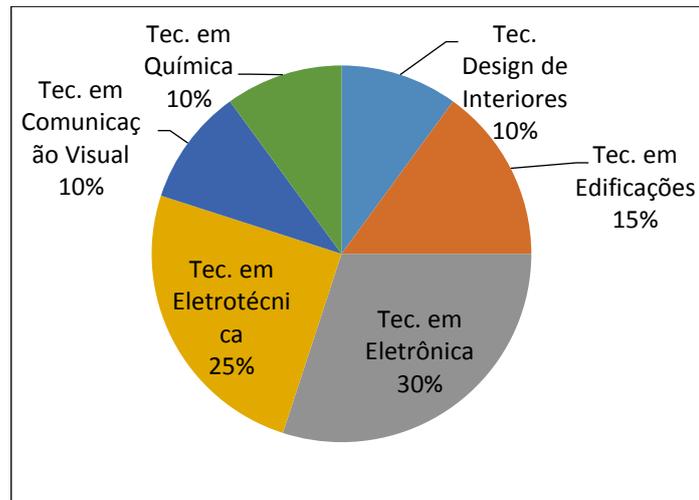
Nossa amostra consistiu, portanto, em 9 alunos regulares e 1 evadido, totalizando 10. Ela corresponde a 50% do universo, sendo, portanto, um número significativo para subsidiar a pesquisa. Marconi e Lakatos (2005) destacam que, normalmente, os questionários enviados tem uma taxa de devolução de, em média, 25%.

Logo, desses 10 alunos pesquisados, fizeram parte do grupo “A” 03 alunos regulares, e do grupo “B” 06 alunos regulares e 01 evadido, totalizando 07.

A fim de preservar a identidade e os dados pessoais destes 10 alunos utilizamos a nomenclatura A1, A2 e A3 para os que se encontram no grupo “A” e B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7 para o grupo “B”.

5.1 Grupos “A” e “B” e discussão de dados sistêmicos

A partir das buscas no sistema Q-Acadêmico encontramos esses 20 alunos que optaram pelo ingresso via cota L4, no IFSul, no período letivo 2014/1. Este será o nosso universo total de pesquisados, o qual abrangeu alunos matriculados nos cursos: Técnico em Edificações, Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Comunicação Visual, Técnico em Química e Técnico em Design de Interiores; todos na forma integrada. Estes alunos ingressantes foram distribuídos na seguinte proporção nos cursos citados, conforme gráfico 1 a seguir:

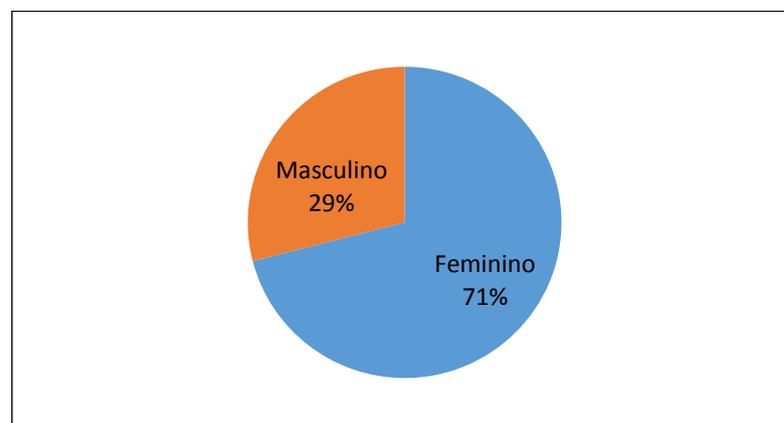
Gráfico 01 – Divisão do universo de pesquisados por curso

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste universo, 09 participantes são do sexo feminino e 11 do sexo masculino. Como citamos anteriormente, separamos os pesquisados em dois grupos: “A” e “B”. Dos 20 alunos ingressantes, apenas 13 permanecem no período 2016/1.

O primeiro critério utilizado para divisão dos dois grupos foi o de recebimento ou não de benefícios da assistência estudantil: “A” (dos alunos que recebem ou já receberam benefícios) e “B” (alunos que não utilizaram nenhum benefício da assistência estudantil). Observamos que desse total de 20 alunos, 07 utilizam ou já se utilizaram de algum benefício, ou seja, 35% dos alunos ingressantes pela cota L4 referente ao período letivo 2014/1, enquanto 65% nunca se utilizaram de benefício.

O grupo “A” (composto por 7 alunos) é constituído, em sua maioria, por estudantes do sexo feminino, conforme é possível observar abaixo, no gráfico 02:

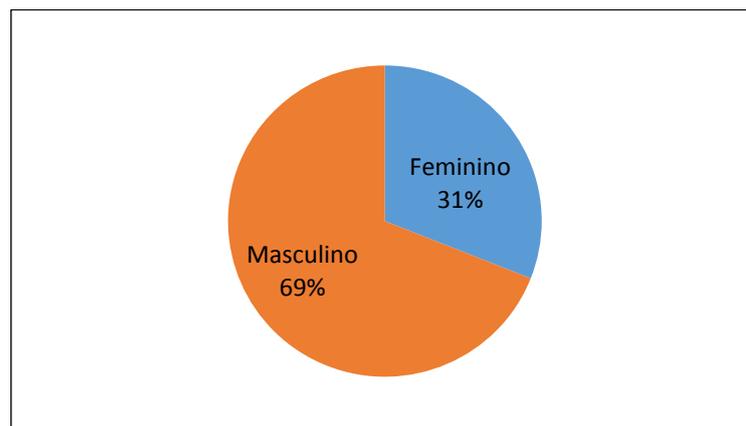
Gráfico 02 – Divisão do grupo “A” por sexo

Fonte: Elaborado pela autora.

Sendo assim, dos alunos que recebem e/ou já receberam benefícios da AE 71% são do sexo feminino, logo, constituem maioria entre aqueles que necessitam de benefícios.

Já o grupo “B”, de acordo com o gráfico 03, exposto logo abaixo, é formado em sua maioria por estudantes do gênero masculino:

Gráfico 03 – Divisão do grupo “B” por sexo



Fonte: Elaborado pela autora.

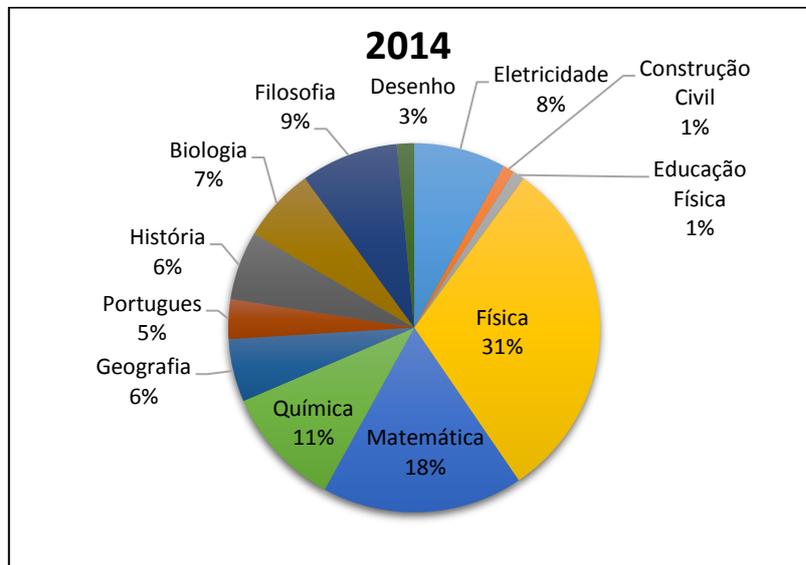
De forma contrária ao grupo “A”, o grupo “B” é constituído, em sua maioria, por alunos do sexo masculino, 69%, não usuários dos benefícios da AE. A partir desses dados podemos inferir que, enquanto beneficiários da AE, as mulheres constituem maioria no grupo de menor poder aquisitivo. E, enquanto beneficiárias, visando a sua permanência no âmbito escolar, com os benefícios da assistência estudantil, devem permanecer e concluir o curso de sua opção.

Em relação à amostra (10 alunos que responderam voluntariamente a nossa pesquisa), temos o grupo “A” constituído de 3 informantes (todos do sexo feminino) e o grupo “B”, constituído de 07 informantes (05 do sexo masculino e 02 do sexo feminino). O que reafirma nosso raciocínio anterior de que as mulheres constituem grupo de menor poder aquisitivo.

Outro dado extraído do sistema é o que diz respeito ao aproveitamento discente. Verificamos em quais disciplinas os alunos possuem maior índice de retenção. Esta verificação abrangeu o período letivo de ingresso, ou seja, 2014, e anos posteriores, 2015 e 2016 e foi constituída por dados do universo de pesquisados, ou seja, dos 20 alunos.

No ano de letivo de 2014, conforme gráfico 04, a seguir, temos as porcentagens referentes à retenção por disciplinas:

Gráfico 04 - Retenção de alunos regulares no ano de 2014



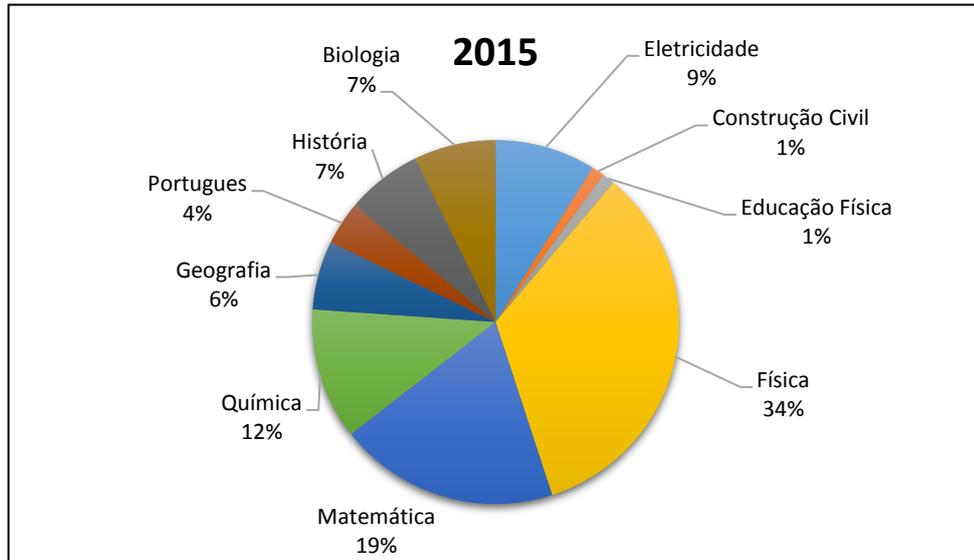
Fonte: Elaborado pela autora.

Verificamos que as disciplinas de maior retenção, neste período, foram Física, correlata²⁸ Eletricidade, Matemática e Química, respectivamente, somando um percentual de 68%. A dificuldade deste grupo, portanto, está nas disciplinas das áreas exatas. Podemos inferir, uma vez que este é o primeiro ano do ensino médio, que estes alunos já possuíam estas fragilidades que podem ser oriundas do ensino fundamental, refletindo em um ensino gradual, como se configura o modelo brasileiro.

Pudemos observar que nos anos seguintes, 2015 e 2016, gráficos 05 e 06, estes índices de alguma forma se repetem, permanecendo nas disciplinas exatas. Reafirmando, desta forma, a premissa anterior de que há um ensino gradual e de que estes alunos não detêm os conhecimentos mínimos necessários para um determinado momento e, cumulativamente, isso vai se repetindo ao longo de sua formação, o retendo continuamente.

O gráfico 05, a seguir, demonstra o rendimento global destes alunos, ilustrando as disciplinas de maior retenção.

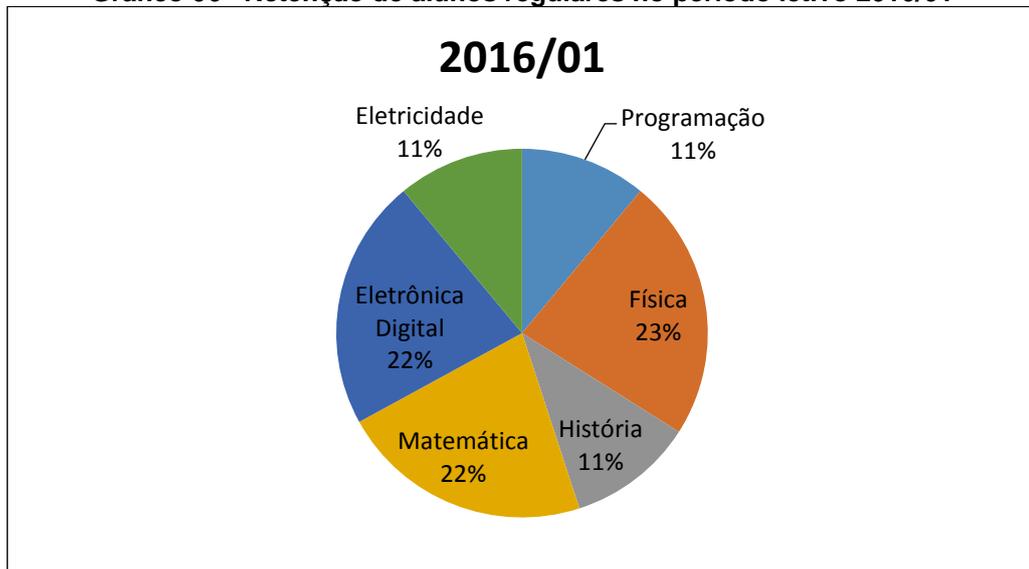
²⁸ Correlata – usamos esta nomenclatura ao referir-se a disciplinas que tratam de assuntos mais específicos dentro de uma área do conhecimento.

Gráfico 05 - Retenção de alunos regulares no ano de 2015

Fonte: Elaborado pela autora.

Conseguimos observar que, novamente, independentemente do curso técnico em que os alunos estão matriculados, as disciplinas que mais retêm são Física, somada a sua correlata Eletricidade e Matemática perfazendo 68%.

Em 2016, a porcentagem de retenção por disciplina pode ser observada apenas no que se refere ao período letivo 2016/01, como demonstrado no gráfico 06, a seguir. O período letivo 2016/02 ainda se encontra em andamento, em virtude das greves e paralisações no ano de 2016. Este período letivo só se encerrará no mês de julho de 2017.

Gráfico 06– Retenção de alunos regulares no período letivo 2016/01

Fonte: Elaborado pela autora.

Temos repetidamente o maior número de alunos retidos em Física e disciplinas correlatas a ela, como Eletricidade e Eletrônica Digital, e Matemática, somando um percentual de 78%. Concluimos, assim, que as disciplinas com maior dificuldade de aprovação dos alunos, desde o início de sua trajetória no IFSul, são Física, Matemática e Química e, portanto, entendemos que a instituição deve dar uma atenção especial aos alunos no tocante a estes conteúdos, já que pode ensejar, inclusive em um índice de evasão promovido pela dificuldade encontrada na área de exatas.

5.2 Cotas para acesso ao ensino técnico de nível médio: incidência na permanência no êxito do aluno

A cota L4, conforme já explicado em capítulo anterior, é para alunos que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas e que venham de escola pública, independente de renda que a família possua.

A amostra, conforme já dito anteriormente, é constituída de um total de 10 informantes, 03 do grupo “A” e 07 do grupo “B”, sendo composto o grupo “A” de 03 integrantes do sexo feminino, enquanto o grupo “B” é constituído por 02 integrantes do sexo feminino e 5 do sexo masculino.

Nos dados coletados a partir do instrumento aplicado 60% da amostra da pesquisa se autodeclara pardo e 40% pretos. Nenhum indígena foi identificado nem sistemicamente, nem via respostas ao questionário. No quadro 06, a seguir, os entrevistados apontam a razão de se autodeclararem pardos ou pretos.

Quadro 06 – Respostas do Questionário – Perguntas nº 01 e 02

Informante	Autodeclaração	Motivo
B7	Preto	<i>“Pela cor da minha pele.”</i>
B4	Pardo	-
B2	Preto	<i>“Me considero negro dado às minhas características e também afirmo que sou por motivos de preconceito que já sofri.”</i>
A2	Pardo	<i>“Porque sou uma mistura de cores.”</i>
B3	Pardo	<i>“Pois possuo avós pretos, brancos e indígenas.”</i>
B5	Preto	<i>“Meus pais, avós, todos somos dessa etnia(sic), com vários descendente(sic).”</i>

B6	Pardo	<i>“Por ter pele mais clara.”</i>
B1	Pardo	<i>“Por motivos familiares.”</i>
A3	Pardo	<i>“Pois venho de família paterna negra e materna branca.”</i>
A1	Preto	<i>“Devido a características físicas, consciência e descendência.”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Inferimos neste momento, ser necessário que o IFSul promova mais seus cursos técnicos junto à comunidade indígena que, assim como os pretos e pardos, constituem parte importante da sociedade.

Ao questionarmos o motivo pelo qual os informantes se inscreveram para a cota L4, colocamos, junto à pergunta, as condições de acesso pela cota (proveniente de escola pública, preto/pardo/indígena, independentemente de renda) e percebemos que diversos motivos ensejaram essa participação como cotista. Alguns participantes, como “A2”, “B5”, “B6” e “B1” se restringiram a responder que tinham esse direito, enquanto outros informantes se aprofundaram um pouco mais.

Ao responder a esta questão, nos parece importante ressaltar algumas informações, como, por exemplo, de “B7” que justificou ter utilizado a cota:

“Pelo motivo de não sentir segurança na efetividade da educação que recebi (pública) e por julgar válido usar cotas”.

Já o informante “B2” alegou que a utilizou por achá-la:

“[...] muito válida, tendo em vista que além de disputarmos vagas com estudantes que vem de escolas particulares onde o nível de ensino é superior também existe o fato de que historicamente o negro, pardo e o indígena foram tratados como raças inferiores e isso é refletido até hoje tendo como exemplo a minha turma onde apenas 3 alunos incluindo eu mesmo são negros”.

Podemos perceber que para estes informantes a utilização da cota teve um cunho de mobilidade social, em que eles se veem com a necessidade de tratamento diferenciado para conseguir ter acesso a uma educação de melhor qualidade. A cota é vista, portanto, não como uma estrutura de disparidade, mas sim como um elemento essencial à promoção da justiça social.

Ao perguntarmos para os componentes da amostra se acreditavam que sua permanência na escola ocorreu por causa da utilização da cota (Questão 09), 20% respondeu que não, 50% que sua permanência é consequência de seus

próprios esforços e não em virtude da utilização da cota. Outros 20%, ao contrário, afirmaram que sim, que sua permanência na escola se deu em virtude de ter ingressado pela cota L4 e 10% que sua permanência se deve à contribuição dos benefícios da assistência estudantil.

Salientamos que, apesar de somente 10% ter respondido que sua permanência se deve aos benefícios da AE, entendemos que em nada desmerece os benefícios ofertados pela escola, até mesmo porque, do total de informantes, 30% constitui o grupo “A”.

A maioria julga que sua permanência no IFSul se deve ao próprio esforço, o que, por sua vez, nos conduz a acreditar que os alunos superam as dificuldades, independente da forma de acesso, em busca do êxito estudantil. Entendemos, nesse ponto, que, embora toda a amostra tenha ingressado pela cota L4, ela se configura apenas como uma oportunidade. Logo, entendemos que a cota é um meio de acesso, mas não garante permanência na escola.

Charlot (Edição Digital, p.50) expõe bem esta questão ao afirmar a necessidade de se levar em conta o sujeito. Porque segundo o autor, a posição ocupada na sociedade “[...] não determina diretamente seu sucesso ou fracasso escolar. [...] produz efeitos indiretos, e não determinantes, através da história do sujeito.”

Assim, quando os informantes declaram que não acreditam que a permanência na escola se deu em decorrência da utilização da cota, eles, na verdade, estão tomando uma posição subjetiva, ou seja, habitando o lugar que ele, estudante, acredita ocupar na sociedade. Ele não se enxerga como um sujeito que necessita de cota.

O autor destaca, ainda, que a posição objetiva é aquela em que o sujeito de fato ocupa, enquanto a subjetiva está relacionada a posição em que ele acredita estar ocupando, ou seja, como ele se enxerga na estrutura social. Assim, embora muitos tenham atribuído sua permanência a apenas seus esforços, tal pensamento nos faz crer que estão assumindo a sua posição subjetiva.

Tal questão pode ser sustentada pela resposta da Questão 11. Nela, 50% dos respondentes afirmam que seu êxito escolar não é decorrente da utilização da cota de ingresso, mas sim de seus próprios esforços.

Logo, verificamos, através das respostas, que a busca pela superação das dificuldades tem contribuído para o êxito escolar já que 40% respondeu de forma afirmativa, justificando de formas diferentes.

O informante “B4” alega que:

“[...] da(sic) mais oportunidades[...].”

Já “B5” destaca que é:

“[...] porque a concorrência era grande [...]”.

Ainda, de acordo com “B6”:

“se não tivesse utilizado cotas, [...] não teria adentrado no instituto devido a [...]antiga escola (pública) ter o ensino muito fraco”.

Ou ainda como afirma “A4”:

“[...]porque quando entrei passava por uma fase delicada[...].”

Assim, conseguimos perceber a posição objetiva que estes informantes se colocam, de que precisaram da cota, e que esta teve um papel importante no seu êxito escolar.

Deduzimos, portanto, que, embora a maioria tenha ratificado que seu êxito é decorrente dos seus próprios esforços, grande parte dos informantes (40%) atribuiu a sua conquista ao fato de ter ingressado pela cota L4, seja pela possibilidade de oportunidades, seja por compensar um ensino fundamental (público) deficitário, seja pela concorrência ou por uma fase de vida difícil. Em nenhum momento os alunos que ingressaram por uma cota que é racial, atribuíram a este fato qualquer circunstância vinculada diretamente a racismo ou qualquer preconceito explícito ou ainda à reparação social. Ao que parece, para eles, a cota foi muito menos em decorrência da cor (preto, pardo ou indígena) do que a proveniência de escola pública.

Dando continuidade, na Questão 13, ao serem questionados se acreditam que a utilização do(s) benefício(s) da AE contribuiu/contribuíram para a sua permanência na escola, os do grupo “A” (constituído pelos alunos que utilizam ou já utilizaram algum benefício) responderam da seguinte maneira:

O informante “A1” alega que:

“Eles ajudam bastante”.

Já “A2” afirma que:

“Contribuiu totalmente pelo fato de ter uma renda baixa e não pode conter os gastos com o instituto, tem sido de grande ajuda os benefícios e tem influenciado na minha permanência no Campus”.

E ainda, “A3”, que:

“Sim, pois quando recorri ao benefício e minha mãe não tinha mais condições de pagar o transporte”.

Ou seja, todos os integrantes do grupo “A” consideram que a utilização dos benefícios da AE contribuiu para a sua permanência na escola. Desta maneira, é possível inferir que, pelo baixo poder aquisitivo que possuem e pela percepção do benefício, esses alunos conseguiram permanecer na escola. De forma contrária, a totalidade do grupo “B”, por não utilizar benefícios da AE, responderam “não” ao questionamento.

Diante dessa constatação, 100% do grupo “A” considera que os benefícios contribuíram para a sua permanência na escola e 100% do grupo “B” considera que não. Assim, podemos notar a disparidade de necessidade entre os grupos e também a relevância da prestação desses benefícios àqueles que possuem menor poder aquisitivo. Concluímos que se não fossem esses benefícios o índice de evasão poderia aumentar, já que esses alunos do grupo “A” têm essa carência, e, portanto, o papel do IFSul ao disponibilizar tais recursos se torna fundamental no êxito escolar desses sujeitos.

Com relação às questões ligadas à AE e tendo em vista que se tratam de pessoas com menor poder aquisitivo, perguntamos (Questão 14) se esses alunos, que recebem os benefícios da AE, em algum momento sofreram algum tipo de discriminação ou preconceito em decorrência da utilização desse benefício. Dos 100%, a maioria (80% da amostra) afirma que não sofreu preconceito ou discriminação por causa da utilização dos benefícios. Os outros 20% responderam que não se aplica pelo fato de não fazerem parte do grupo que recebe os benefícios.

Com esse percentual, do qual é parte a totalidade de integrantes do grupo “A”, tendo respondido que não sofreram preconceitos ou discriminação, podemos inferir que estes alunos não se sentem apartados socialmente daqueles

que não precisam de auxílio. De consequência, que a diferença econômica existente entre os alunos não ensejou transtorno ou impedimento ao êxito desse aluno.

Nessa categoria de análise pudemos concluir que a incidência da utilização de cotas na permanência e êxito do aluno merece ser subdividida em duas etapas. Na primeira, no tocante à permanência, observamos que os participantes da pesquisa (dos grupos “A” e “B”), em sua maioria, atribuem a permanência aos próprios esforços despendidos nas dificuldades durante a trajetória estudantil. Já em relação à utilização dos benefícios da AE, que a totalidade de alunos do grupo “A” considera como sendo importante para a permanência na escola, e pudemos inferir que foi quase fundamental para que continuassem estudando, evitando assim a evasão.

Em uma segunda etapa, sobre o êxito, apesar da maior parte dos informantes terem confirmado que seu êxito é consequência de seu esforço, quase metade, 40%, atribuiu seu êxito ao fato de ter ingressado no IFSul pela cota L4. Nesse caso, os alunos indicaram mais oportunidades, possibilidade de compensação de um ensino fundamental deficitário, concorrência mais branda no processo seletivo.

Sendo assim, observamos que, mesmo sendo uma cota de cunho racial, os alunos que a utilizaram atribuíram seu ingresso à outras “vantagens” e não à uma desigualdade racial histórica que existe e tenta ser compensada mediante o oferecimento de cotas. Para esses alunos, a utilização da cota foi muito menos em decorrência de sua cor (preto, pardo ou indígena) do que a proveniência de escola pública, o que nos remete a questão da mobilidade social do sujeito, que consegue melhorar sua posição na estrutura da sociedade a partir da utilização de sistemas que promovam a justiça social, como é o caso das cotas de acesso.

5.3 Do acesso a políticas de assistência e seus reflexos nos índices de evasão

Nessa seção analisamos as questões pertinentes ao acesso dos alunos cotistas em relação a políticas de assistência, bem como os seus reflexos nos índices de evasão com base nas respostas de alguns questionamentos do instrumento de pesquisa.

Ao questionarmos se os informantes permanecem estudando no IFSul, embora tenhamos os dados sistêmicos de que apenas 01 deles é evadido (“B1”),

tivemos o quantitativo de 20% (“B7” e “B1”) que responderam que não seguem estudando na escola. Ou seja, “B7”, mesmo matriculado como aluno regular no período letivo de 2016, afirma que não permanece estudando, razão pela qual podemos deduzir que é um forte candidato à evasão. Tal fato nos chamou a atenção para a pergunta de sequência (Questão 8.1), na qual pedimos para listarem – caso fossem evadidos – alguns possíveis motivos que os impediram de seguir estudando no IFSul.

O informante “B1”, evadido, afirmou que foi em decorrência de faltas, enquanto “B7” declarou que são fatores impeditivos as greves e a incerteza em relação à escolha do curso e, além disso, complementou quando questionamos se ele acredita que a escola poderia ter evitado sua evasão, que não, a escola não evitaria a evasão por ter sido “[...] *uma escolha mais pessoal do que em razão da escola*”.

Quando perguntamos para os informantes se utilizam ou se utilizaram alguma vez os benefícios da assistência estudantil, embora já possuíssemos dados sistêmicos sobre o tópico, queríamos verificar empiricamente como esse sujeito se posiciona diante da proposta de uma política de assistência estudantil. Tanto, que, nos surpreendeu vermos um informante do grupo “B” alegar que já utilizou um benefício relativo a transporte urbano quando em nossas buscas documentais, tal situação não ficou comprovada. Logo, percentualmente 40% da amostra afirma que utilizou benefício da AE.

Mesmo em se tratando de “B1”, o informante evadido, podemos inferir, com base no contexto de suas respostas, que os auxílios prestados pela escola à título de políticas que visam a manutenção da permanência e êxito dos alunos, lhes proporcionou um ambiente mais seguro. Até porque, como aferido, a evasão de “B1” se deu por conta das faltas.

Ao questionarmos se os informantes tinham conhecimento de outros serviços que acreditamos se constituírem em auxílio como assistência médica, psicológica e odontológica ofertados pelo IFSul, 80% da amostra afirma ter conhecimento, porém apenas 70% do total já usufruiu desses benefícios.

Evidenciamos que, mesmo os alunos do grupo “B”, ou seja, que teoricamente não necessitam de benefícios da assistência estudantil devido a seu poder aquisitivo, acabaram utilizando serviço médico ou psicológico. A partir daí, nos

apoiamos novamente em Charlot ao se posicionar quanto a posição social objetiva e subjetiva. Conseguimos visualizar informantes que, à olhos nus, não precisam de auxílios e se colocam nessa posição – integrantes do grupo “B” –, quando na realidade, dos 07 informantes que compõe este grupo, 06 estão regularmente matriculados e 50% destes já precisou utilizar o serviço de assistência médica ou psicológica da escola.

E mais, 100% da amostra, quando questionada sobre a relação da utilização desses benefícios com a permanência dos alunos na escola, respondeu que acreditam que estes serviços ajudam os alunos a permanecer estudando. Na sequência, a motivação de suas respostas.

O informante “B7” afirma que:

“Sim, uma maior assistência faz com que o aluno se sinta mais abraçado pela escola”.

Já “B4”, informa que:

“Sim, por se sentirem mais seguros”.

Por sua vez, “B2” alega que:

“Mesmo não precisando acredito que auxiliariam caso precisasse”.

O informante “A2” diz:

“Com certeza, as vezes as pessoas não tem acesso á(sic) alguns médicos e o If nos trás(sic) esses serviços com competência”.

“B3” declara que:

“O serviço psicológicos é indispensável, não só quando tratamos com adolescentes, mas quando tratamos com seres humanos. As pessoas não se ouvem mais, não praticam o diálogo, não conseguem se expressar - sequer buscam se expressar, seja na arte ou onde for, simplesmente se reprimem. O psicólogo é um profissional que faz um papel importantíssimo na era em que vivemos”.

“B5” diz o seguinte:

“Sim, é um amparo a mais ao aluno”.

O informante “B6” afirma que:

“Sim. Ajuda sempre é bom, inclusive ajuda médica e psicológica”.

Já “B1” alega que:

“Sim, os mantém mais seguros”.

Ainda, “A3” afirma declara:

“Com certeza, quando passei a utilizar o serviço da psicóloga estava prestes a desistir”.

Deduzimos, portanto, com base nas respostas subjetivas e nos índices quantitativos, a existência de uma relação direta entre o acesso às políticas afirmativas de assistência aos alunos e os reflexos nos índices de evasão. Quando verificamos que os alunos têm suporte e amparo da escola no seu âmbito social (alimentar, transporte, médico, psicológico, etc.), essas questões tornam-se determinantes na continuidade do ensino. Tanto que do total da amostra, apenas 01 informante é formalmente evadido, enquanto os outros 90% (09 alunos), mesmo que não utilizem os benefícios da AE, se valem de outros, como atendimento médico, psicológico ou odontológico, por exemplo.

Finalizamos essa etapa pedindo aos informantes que nos dessem sugestões de como o IFSul poderia auxiliar para a diminuição dos índices de evasão, porque acreditamos que uma forma de refletir e de fazer uma proposição de melhoria nos índices de evasão é ouvir o que os estudantes sentem com relação às dificuldades. Nesse sentido, nem todos deram sugestões, mas aqueles que se sentiram à vontade compartilharam algumas ideias.

O informante “B7” sugere:

“Aproximando-se mais dos alunos, seja ouvindo suas opiniões pessoalmente ou pedindo ao Grêmio Estudantil que ouça”.

Já “B4” alega ser necessário:

“Dar a chance de ter três dependências para poder passar de semestre”.

O informante “B2” acredita que:

“[...] se o campus promovesse mais eventos, rodas de conversa direcionadas ao aluno já seria um grande passo”.

Ainda, “A2” ressalta que:

“[...] o If faz muito pelo aluno, eu creio que o aluno que deve ter a consciência que deve permanecer no instituto para ter um futuro. É nós dada, várias oportunidades para prosseguir no caminho, cabe a nós escolher. Porém, o ensino devia ser menos subversivo ao ponto do aluno se sentir esgotado e sem tempo para outras coisas, é uma escola não uma cadeia opressiva. As vezes os alunos acabam desistindo porque é muita pressão, e eu acho que isso tem solução, até porque é um ensino técnico”.

O informante “B5” salienta que é necessário incentivar:

“[...] caso o aluno venha a repetir o ano, não deixar ele desmotivado”.

Já “B1” afirma:

“Não tem o que possa melhorar”.

Por sua vez, “A3” sugere:

“Além de uma maior divulgação dos serviços de psicologia, uma maior participação das coordenadorias dos cursos.”

As respostas dos informantes falam por si, mesmo assim, é necessário salientar a diversidade e riqueza de informações que nos apresentaram e o que representam para a instituição. Seja no sentido de satisfação com todo o trabalho e empenho do IFSul, seja para refletirmos e propormos as sugestões trazidas pelos informantes.

A necessidade de ampliação de diálogo entre a escola e o estudante é evidenciada pelas respostas de “B2”, “A2”, “B5” e “A3” que sugerem uma maior divulgação dos serviços de atendimento psicológico, o aumento da motivação, a participação das coordenadorias dos cursos, a proposição de rodas de conversas, eventos, entre outros.

O ser humano/aluno é um ser social e, nos termos de Charlot (Edição Digital), também é um ser singular, por isso é necessário que a escola fique atenta tanto às questões individuais quanto sociais, questões de interação no ambiente escolar e a relação entre aluno e instituição. Observamos, tanto sistemicamente quanto de maneira empírica e, por isso, conseguimos fazer as inferências que os benefícios e auxílios prestados pelo IFSul colaboram para índices positivos de permanência e, dessa forma, evitam a evasão sendo mais possível que os alunos tenham êxito escolar (tanto do grupo “A” quanto do grupo “B”). No entanto,

verificamos que a participação dos alunos no que diz respeito à proposição ou participação nas ações de permanência ainda não são eficientes.

No capítulo a seguir, expusemos as limitações da pesquisa, seguido por nossas considerações finais.

6. LIMITAÇÕES DA PESQUISA

No decorrer deste trabalho, as limitações que encontramos se refere ao universo de pesquisa, no caso, aos 20 alunos que ingressaram via cota L4 para o ano letivo 2014/01 no *campus* Pelotas do IFSul.

Isso se deve ao fato de que nossa intenção inicial era obter respostas de todos esses indivíduos já que gostaríamos de analisar a visão de cada um deles sobre alguns aspectos acerca do seu acesso e permanência no IFSul – *campus* Pelotas. Para conseguirmos o contato com esses informantes, nos valem de dados sistêmicos, mas também de apoio do Departamento de Estrutura Funcional de Ensino do *campus* Pelotas que nos auxiliou na localização de cada aluno.

Apesar desses esforços, nossa maior dificuldade foi com relação aos alunos evadidos, já que não retornaram nosso contato, podendo ter sido em decorrência de cadastros desatualizados ou incompletos desses indivíduos. Mesmo assim, realizamos tentativas de contato via meios mais informais, como *Facebook* e *Whatsapp*, no entanto, não obtivemos êxito, e o resultado disso foi que tivemos apenas um informante da amostra evadido.

Nossa amostra da pesquisa correspondeu, portanto, à 50% do universo de pesquisados, em decorrência da falta de retorno dos indivíduos, e o que mais nos chamou a atenção, foi o fato de que desses 50% (10 indivíduos) que não responderam o instrumento de coleta, 60% são evadidos ou tiveram sua matrícula trancada/cancelada. Essa constatação nos preocupa, na medida em que o contato foi feito por diversas maneiras, mas todas elas decorrentes da utilização de internet, o que nos leva a concluir que, pela falta de resposta, ou os seus dados estão desatualizados no sistema, ou esses indivíduos não possuem o hábito de acesso à internet.

Dessa maneira, concluímos que a principal limitação de nossa pesquisa foi o contato com esses sujeitos, em sua maioria que não são mais alunos do IFSul. Logo, sugerimos que seria interessante à instituição, que buscasse a manutenção dos dados desses indivíduos, para, futuramente, facilitar pesquisas que incluam alunos evadidos ou que estejam com suas matrículas trancadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa investigou as questões pertinentes ao acesso e a permanência dos alunos que ingressaram pela cota L4 no *campus* Pelotas do IFSul.

Fizemos a constituição do nosso referencial teórico dividido em partes conceituais das quais nos valem da literatura e de documentos utilizados no IFSul, e também a constituição do estado da questão, que nos deu aporte para entendermos e nos subsidiarmos com reflexões atinentes à temas próximos ao deste trabalho. De forma complementar, e não menos importante, construímos o estado da questão, que nos deu aporte nas análises que foram realizadas.

Baseados nas reflexões acerca de questões relativas ao acesso e à permanência dos alunos cotistas no *campus* Pelotas do IFSul constituímos as categorias de análise, coletamos os dados e inferimos, o que não apenas subsidiou nossa pesquisa, como também proporcionou uma contrapartida à comunidade e ao IFSul. Intentamos verificar se a utilização de cota para acesso ao ensino técnico de nível médio contribuiu, de alguma forma, além das ações afirmativas promovidas pela instituição, para a permanência e para o êxito do aluno, bem como se tal fato reflete em índices de evasão.

Apresentamos aqui alguns pontos que, de maneira nenhuma, exaurem as questões atinentes ao tema e podem vir a servir de subsídio à novas pesquisas como ponto de partida, já que entendemos que ainda existem várias facetas a serem analisadas sobre esta temática.

O baixo número de candidatos que optou por concorrer por esta forma de ingresso, nos indicou, em um primeiro olhar, a pouca divulgação dessa forma de ingresso. No entanto, destacamos que o IFSul foi pioneiro no oferecimento de ingresso via cotas já que a legislação do ano de 2012 permitia que as instituições de ensino se valessem do prazo de 04 anos para implementação e o IFSul, no processo seletivo seguinte, já adotou esta prática.

As ações afirmativas são consideradas um instrumento de correção pelo “Estado” no sentido de recobrar direitos fundamentais de pessoas que se encontrem em desvantagem e/ou desigualdade social, e, por isso, concluímos que, objetivam garantir a igualdade e a isonomia entre as pessoas. No caso do IFSul, *campus* Pelotas, com base na análise das ações promovidas pela escola e com aporte nas

respostas da amostra referente ao questionário aplicado, concluímos que as cotas, como meio de acesso, podem promover uma “pseudo” mobilidade social. Isso porque alguns informantes se veem com a necessidade de tratamento diferenciado para conseguir ter acesso a uma educação de melhor qualidade. Assim, a utilização da cota não vem como estrutura que aponte disparidade social²⁹, e sim como um elemento essencial à promoção de um “direito constitucional”.

Evidenciamos, ainda, com base nos dados sistêmicos, que o acesso via cotas vem ocorrendo de forma legítima no tangente aos dispositivos legais. E mais, mesmo que o objetivo das cotas seja o de tornar isonômico o acesso à escola, o que nos chamou atenção foi o fato de os informantes não se sentirem discriminados socialmente no ambiente escolar. Assim, a utilização da cota vem propiciando, sob a nossa ótica, que o aluno se sinta pertencente ao espaço escolar como ser social. Portanto, as cotas contribuem para o acesso desses sujeitos ao ambiente escolar na medida em que constituem uma forma de diminuição das desigualdades entre indivíduos “díspares” aos olhos da sociedade, ou seja, pessoas que necessitam de acesso diferenciado. No caso desta pesquisa, ingresso pela cota L4, ou seja, candidato proveniente de escola pública que se autodeclara preto, pardo ou indígena.

No tocante à permanência, verificamos que, no *campus* Pelotas do IFSul, as ações afirmativas se restringem às adotadas pela assistência estudantil e também, com base nas informações coletadas da amostra, à assistência médica, psicológica e odontológica, que constituem medidas que promovem a manutenção dos alunos no espaço escolar. Não nos deparamos com contribuição, durante a pesquisa, dos alunos na criação, elaboração ou melhoramento dessas ações, o que poderia ser uma temática a ser levantada pelo *campus* na medida em que traz para perto aqueles que necessitam de alguma ajuda para permanecer estudando.

Assim, a cota de acesso, pura e estritamente como ação afirmativa, não é fator vinculante à permanência desse indivíduo. Em que pese toda a amostra ter ingressado pela cota L4, a maioria entende que sua permanência é decorrente de seu esforço como estudante, sendo esse meio apenas uma oportunidade de acesso,

²⁹ Entendida nessa pesquisa como desigualdade social e/ou econômica, podendo ser decorrente de má distribuição de recursos, escassez de investimentos em políticas sociais, falta de educação básica de boa qualidade, etc.

mas não de permanência na escola ou que enseje tratamento diferenciado para a sua manutenção.

Neste caso, a permanência segue atrelada à fatores como serviços de saúde prestados pela instituição e aos benefícios da assistência estudantil, que por sua vez, está intimamente ligada ao baixo poder aquisitivo dos sujeitos que os utilizam. Logo, esses indivíduos não se enxergam como ocupantes da posição social que necessita da cota para permanência, e sim, apenas para o acesso.

Reafirmamos aqui a importância da temática de acesso e permanência, e de consequência da evasão, uma vez que o fracasso escolar “[...] não existe, o que existe são alunos em situação de fracasso”, como afirma Charlot (2000, p.16). Essa reflexão nos faz concluir, em decorrência do número de informantes evadidos que fazem parte da nossa amostra em vista daqueles que não responderam nosso instrumento de pesquisa, que a escola deve dar mais atenção aos alunos evadidos, tanto no sentido de manutenção de seus dados, a fim de propiciar contato e novas pesquisas com estudantes evadidos, como investigar o motivo da evasão.

O estudante que tranca a matrícula ou evade por falta de frequência se encontra em situação de fracasso, na medida em que teve dificuldades e/ou baixo desempenho acadêmico. O índice de evadidos em relação ao universo de pesquisados (20) não é tão expressivo, tendo constituído 35% (dentre sujeitos com matrículas canceladas, trancadas e evadidos por infrequência). Da amostra, 10% é evadido. Concluímos que a utilização da cota não reflete nos índices de evasão, e, portanto, não é fator vinculante à saída da escola, e sim, a própria escolha pessoal desses indivíduos. O IFSul poderia, a nosso ver, proporcionar uma reflexão junto aos alunos no tangente a seu futuro profissional para que esses estudantes não se vejam em situação de desistência, fracasso ou evadidos.

Desse modo, o poder público e a escola têm o dever de auxiliar esses sujeitos na manutenção de seus estudos e de consequência em sua mobilidade social. A escola, a título de sugestão, deveria colocar em pauta o planejamento de ações e possibilidade de contribuição da comunidade por meio de atividades que atendam às realidades dos sujeitos. Promoveria, assim, um espaço de debate para construção de novas soluções para a redução dos índices de evasão ou até mesmo de retenção (que verificamos serem altos em algumas disciplinas), conforme dados sistêmicos apresentados e discutidos no Capítulo 5.

Salientamos e trazemos, ainda, em contrapartida ao IFSul, a necessidade de promoção de seus cursos técnicos junto à comunidade indígena, já que não houve ingresso ou matrícula de nenhum candidato desta origem no período em que foi realizada a pesquisa e, assim, como os pretos e pardos, entendemos que os indígenas constituem parte importante da estrutura social.

O conhecimento é uma forma de poder que possibilita a ascensão social do indivíduo, logo, esperamos que tenhamos conseguido demonstrar as formas de acesso e ações de permanência propostas no âmbito do *campus* Pelotas do IFSul, verificando índices e pontos trazidos pelos estudantes que propiciem uma adequação e/ou melhoramento das ações existentes como forma de evitar a evasão e aumentar o êxito escolar.

Por fim, a temática apresentada nessa pesquisa deve, quando disponibilizada para a comunidade, servir de subsídio para as ações promovidas pela escola nos próximos períodos letivos de modo a gerar impactos nos índices de retenção e êxito dos estudantes. Ainda, que os dados e informações aferidos possam sustentar novos meios de proporcionar aos alunos o sentimento de pertencimento àquele espaço, lhes proporcionando o reposicionamento na estrutura social. Também, que sirva de ponderação sobre as ditas “práticas assistencialistas” e seus reflexos na sociedade quando se trata de indivíduos que utilizam cotas e benefícios.

Nosso objetivo, também, é que essas reflexões venham a incidir não apenas no âmbito dos cursos técnicos da modalidade integrada do *campus* Pelotas, mas sim em todos os *campi* e modalidades de ingresso que existem no IFSul (ensinos integrado, subsequente, concomitante e superior) de maneira que sirva de estrutura para novas investigações.

REFERÊNCIAS

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. **Dicionário de Políticas Públicas**. CASTRO, Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (Orgs.). Barbacena: EdUEMG, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2011.

BERGMANN, B. **In defense of affirmative action**. New York: BasicBooks, 1996.

BERGMANN, B. **The continuing need for affirmative action**. The Quarterly Review of Economics and Finance 39. 1999. p 757–768

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 08 de março de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em 08 de julho de 2016.

BRASIL. **Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em 08 de julho de 2016.

BRASIL. **Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art2 Acesso em 15 de maio de 2017.

BRASIL. MEC. Portaria **Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012**. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/10/2012&jornal=1&pagina=16&totalArquivos=160>. Acesso em 19 de março de 2016.

BRASIL. MEC. Portaria **Normativa nº 09, de 05 de maio de 2017**. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/05/2017&jornal=1&pagina=29&totalArquivos=128>. Acesso em 10 de maio de 2017.

BRASIL. MEC. Portaria **389, de 09 de maio de 2013**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13102-port389-13-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 03 de outubro de 2016.

BRASIL. MEC. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pne>. Acesso em 19 de julho de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm Acesso em 08 de julho de 2016.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Tradução: Dinah Kleve - São Paulo: Summus, 2000.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o Saber, Formação de Professores e Globalização**. Edição Digital. Artmed.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

De La ROCHA, Camila Rodrigues. **PROJETO TÔ DENTRO IFSUL: a construção da identidade do aluno - As múltiplas linguagens de pertencimento ao meio acadêmico**. X ANPEDSUL, Florianópolis, outubro de 2014. http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/996-0.pdf Acesso em 10 de maio de 2017.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

DIAS, D.; SILVA, M.F. **Como escrever uma monografia**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2009.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro. **Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa: de acordo com a ortografia oficial brasileira**. 43 ed. / rev. e ampl. por Celso Pedro Luft – São Paulo: Globo 2005.

FONSECA, José Dagoberto. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOODE, W. J. e HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1968.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ações afirmativas: aspectos jurídicos**. In: Racismo no Brasil, São Paulo: Petrópolis; ABONG, 2002.

GOMES, Joaquim Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Edição Eletrônica, Brasília: Ministério da Educação: UNESCO 2005, p. 47-82

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **O debate constitucional sobre ações afirmativas**. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (orgs.). Ações afirmativas. Políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p15-57.

IVO, Anete Brito Leal. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. Coordenação de Anete Brito Leal Ivo, Elsa S. Kraychete, Ângela Borges, Cristiana Mercuri, Denise Vitale e Stella Sennes. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013.

IFSUL, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Edital 191/2013**. Dispõe sobre o Vestibular para ingresso na Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Forma Integrada – para o primeiro semestre letivo de 2014. IFSUL-DES, Pelotas: 2013.

JUNIOR, João Feres. **Aprendendo com o debate público sobre ação afirmativa, ou como argumentos ruins podem tornar-se bons tópicos de pesquisa**. In: PAIVA, Angela Randolpho (org.). Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Ed., 2010. p 145-155.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEC, Portaria Interministerial nº4, de 06 de maio de 2016. **Institui o Programa de Acolhimento, Permanência e êxito – PAPE. 2016**. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/05/2016&jornal=1&pagina=23&totalArquivos=216> Acesso em 04 de julho de 2016.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Ação Afirmativa no Brasil: um debate em curso**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Edição Eletrônica, Brasília: Ministério da Educação: UNESCO 2005, p.121 – 139.

PETRUCCELLI, José Luís. **Classificação Racial e Políticas Afirmativas nas Universidades**. In: PAIVA, Angela Randolpho (org.). Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Ed., 2010. p 145-155.

PIOVESAN, Flavia. **Ações Afirmativas sob a perspectiva dos Direitos Humanos**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Edição Eletrônica, Brasília: Ministério da Educação: UNESCO 2005, p. 35-43.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TERRIEN, J., & NÓBREGA-TERRIEN, S. **Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas**. Estudos em avaliação educacional, v.15, n.30, jul.-dez. 2004.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Cristhian Matheus Herreraa. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Mapeamento de trabalhos

ARTIGOS						
	TÍTULO	ANO	LOCAL	OBJETO	METODOLOGIA	Palavras-chave
01	Políticas afirmativas na educação superior: o sistema de cotas na Unimontes.	2012	Revista Motricidade	A pesquisa discute a questão das ações afirmativas na Educação superior, neste caso a implantação da política de reservas de cotas para alunos egressos da escola pública carente.	Foi realizada pesquisa documental, utilizando para coleta de dados uma entrevista semiestruturada, aplicada aos alunos ingressos pelo sistema de cotas dos referidos cursos.	Políticas afirmativas; Cotas; Permanência.
02	Inclusão no ensino superior: trajetórias acadêmicas dos alunos com deficiência que entraram na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pelo sistema de cotas	2008	Revista Educação Especial	O objetivo deste estudo foi compreender o processo de implantação de cotas provenientes das ações afirmativas, no Ensino Superior, como possível contribuição para a inclusão do aluno com deficiência na Universidade.	A proposta metodológica foi a pesquisa qualitativa. Os instrumentos utilizados, para coleta de dados, foram entrevistas semiestruturadas individuais, compostas por questões abertas. Um instrumento estava voltado para os alunos e o outro para os gestores da universidade.	Políticas Afirmativas; Educação.
03	Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores	2008	Educação e Pesquisa SciELO	Teve o objetivo investigar quais valores estão mais presentes na avaliação que universitários fazem a respeito de supostos usuários das cotas.	Foram aplicados diferentes tipos de questionários em 403 estudantes de uma universidade pública paulista. Como método de análise, foi utilizado o programa ALCESTE e, como recurso complementar, a análise de conteúdo.	Cotas; Políticas afirmativas.
04	Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?	2012	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos SciELO	O objeto deste artigo foi analisar o sistema de cotas, uma das ações afirmativas de políticas públicas que visam a assegurar o ingresso, no ensino superior, de segmentos sociais discriminados.	Utilizou a abordagem interdisciplinar.	Políticas públicas; ações afirmativas; cotas; educação.
05	Ações Afirmativas e Estratégias de Permanência no Ensino Superior	2008	XIX SEMPPG	Objetivou trazer à tona reflexões e dados de pesquisa empírica sobre as políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior e as estratégias educativas.	Estudo comparativo analisando conceitos e situações.	Cotas; Permanência.
06	Ações afirmativas e a política de cotas: uma análise do Programa Universidade Para Todos – PROUNI – a inserção de negros na universidade	2006	UCDB	Tem como objetivo traçar algumas considerações sobre a constitucionalidade das ações afirmativas, a política de cotas para negros nas universidades e o Programa Universidade para Todos.	A metodologia está fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental, subsidiada pela análise de dados estatísticos.	educação superior, ações afirmativas
07	Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco	2012	Revista Psicologia Política SciELO	Objetiva discorrer acerca das políticas de ação afirmativa na universidade pública brasileira, analisando, de forma central, as políticas de permanência, já que o debate sobre democratização do acesso tem sido tema privilegiado na discussão sobre cotas sociais e raciais na universidade.	Foi realizado um levantamento Bibliográfico.	Ação afirmativa, Permanência, Cotas raciais.
08	Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção	2012	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos SciELO	Este artigo analisa a introdução das ações afirmativas para estudantes negros, indígenas e oriundos do sistema público de ensino, tendo como foco a produção intelectual existente e os artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.	Foi realizado um levantamento bibliográfico.	Ações afirmativas.
09	Acesso e Permanência de estudantes negros e índios no ensino superior: uma análise dos trabalhos da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação - ANPED	2014	X Seminário Internacional da Rede Estrado UNEB	Objetiva discutir as políticas de ações afirmativas para estudantes negros e índios oriundos dos meios populares no ensino superior.	Analisar como os trabalhos apresentados no GT 21 da ANPED tem discutido a temática.	Ações afirmativas; ensino superior.
10	Políticas Afirmativas e Educação Superior: Acesso e Permanência dos acadêmicos indígenas na Universidade em Dourados, MS	2015	ReLePe UNIFESP	Tem como objetivo apresentar essas ações afirmativas voltadas aos estudantes indígenas na educação superior no município de Dourados, MS. Algumas destas ações foram oferecidas aos acadêmicos durante a sua graduação pelas próprias universidades ou por parceiros como o projeto Rede de Saberes e a FUNAI. Pretende-se assim fazer uma avaliação dessas políticas públicas de apoio ao acesso e permanência no ensino superior de modo que essas possam ser pensadas, debatidas e construídas para e pelos indígenas no sentido de tornar palpável a	Pesquisa bibliográfica.	Educação Superior; Políticas Públicas.

				possibilidade de serem os protagonistas de suas próprias histórias		
11	Mitos e controvérsias sobre a política decotas para negros na educação superior	2006	Educar UFPR SciELO	Analisa o processo de implantação da política de cotas para negros na educação superior, tomando como base a implementação dessa política na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Investigou-se, também, em que medida o sistema de reserva de vagas para negros pode ser considerado uma estratégia de acesso e permanência dos estudantes negros na educação superior.	Foram feitas entrevista dos alunos que ingressaram, pelo sistema de cotas para negros, e análise dos documentos e legislações referentes à implantação desse sistema na UEMS.	Política de cotas; educação superior; permanência
12	A Permanência de Estudantes nos cursos de graduação no Brasil: Uma categoria em construção	2013	Revista Temas em Educação UFPB	Analisa-se a abordagem da categoria “permanência” nos periódicos da área da educação e a existência de dados empíricos que comprovem a efetiva permanência dos estudantes nos cursos de graduação no Brasil.	Foi realizada consulta aos documentos e dados agregados do Inep; à base de dados Mec- legis; aos periódicos da área da educação disponíveis no portal Periódicos e ao banco de teses e dissertações, ambos da Capes.	Educação Superior Brasileira. Permanência.
13	As Políticas de Ações Afirmativas na Educação Superior no Brasil sob a Ótica da Equidade	2014	IV ANPAE Nordeste	Discute sobre os direitos humanos e equidade e sobre as políticas de ações afirmativas desenvolvidas em universidades públicas brasileiras	Apresenta aportes teóricos, analisa antecedentes da implantação de políticas afirmativas no Brasil e faz um balanço de estudos sobre programas de ações afirmativas efetivadas por universidades públicas no país.	Educação superior; ação afirmativa.

DISSERTAÇÕES						
	TÍTULO	ANO	LOCAL	OBJETO	METODOLOGIA	Palavras-chave
01	Política Pública de Ações Afirmativas na Educação Superior: A Experiência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	2014	UFBA	Objetivo de analisar a implantação, implementação e execução da Política de Ações Afirmativas na educação superior: a política de reserva de vagas - sistema de cotas.	A pesquisa configura-se um estudo de caso, de abordagem qualitativa com dados quantitativos, desenvolvido em três fases: aberta ou exploratória, com o exame da bibliografia; análise; e análise dos planos de ações e os relatórios anuais da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, e o perfil socioeconômico dos estudantes matriculados na instituição.	Política de Ações Afirmativas; Assuntos Estudantis.
02	Análise dos diferenciais de desempenho dos estudantes cotistas e não cotistas da UFBA pelo propensity score matching	2015	UFBA	Objetivo de verificar o efeito da Política de Cotas no ensino superior, mediante a análise do desempenho dos estudantes que ingressaram na UFBA.	Foram utilizados dois métodos econométricos. Um para analisar a diferença entre os grupos de indivíduos que participaram das cotas (grupo de tratamento) e não cotista (grupo controle). E outro para medir os níveis de incompatibilidade de educação entre os estudantes.	Ações afirmativas; Política de cotas.
03	Políticas de acesso a educação superior: o sistema de cotas para negros	2007	PUC PR	O objetivo geral desse estudo é verificar as razões da necessidade da adoção do sistema de cotas para garantir o acesso ao ensino superior, e especificamente objetiva-se analisar as políticas de acesso e de permanência na educação superior para negros mediante ações afirmativas verificando qual a percepção existente sobre esses programas que começaram a vigorar em algumas universidades brasileiras verificando se tais políticas realmente cumprem com sua finalidade e o que sua implementação traz à sociedade e em especial dos negros.	A abordagem metodológica é qualitativa. A pesquisa iniciou por meio de estudos bibliográficos; no tocante a pesquisa de campo, realizou-se entrevistas.	Políticas Públicas; Ações Afirmativas; Sistema de cotas para negros
04	Estudantes Universitários em contextos emergentes: experiências de participantes da Política de Ação Afirmativa na UFRGS	2016	PUC RS	Objetivou investigar a adaptação dos estudantes cotistas às exigências da universidade, tendo como problema de pesquisa a permanência dos estudantes ingressantes pela reserva de vagas.	A orientação teórico-metodológica para analisar o Programa de Ações Afirmativas na UFRGS teve como referencial a abordagem do ciclo de políticas: contexto de influência, contexto de produção de texto e contexto da prática, formulada por Stephen Ball e Richard Bowe. Houve investigação por meio de entrevistas semiestruturadas teve como modelo de análise os princípios da análise textual discursiva.	Educação Superior; Permanência; Ação Afirmativa; Cotas; Políticas de Educação.
05	A política de cotas da Universidade Federal do Tocantins: concepção e implicações para a permanência dos estudantes indígenas	2010	UFG	Toma como objeto de estudo a política de cotas para indígenas da Universidade Federal do Tocantins e busca compreender a concepção de inclusão a esta subjacente e suas implicações para a permanência dos estudantes indígenas.	Constitui-se num estudo de caso e situa-se no âmbito do debate sobre a democratização do acesso à educação superior brasileira, por meio das ações afirmativas.	Educação Superior; Acesso-Permanência; ações afirmativas.
06	Políticas públicas no ensino superior: ações afirmativas na UFPA	2014	UFPA	Tem como objetivos: discutir o processo de implantação da Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas, descrevendo os desdobramentos da execução dessa política, bem como analisar a intersecção entre as Políticas de Ações Afirmativas e os documentos normativos que tratam das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e das Diretrizes Curriculares Nacionais, fazendo um paralelo com as propostas, buscando averiguar se houve alguma mudança significativa nas práticas pedagógicas.	Constitui-se em um trabalho metodologicamente de natureza quanti-qualitativa tendo em vista a perspectiva de analisar as práticas vivenciadas dentro da instituição pesquisada, estabelecendo referências entre a proposta apresentada pela universidade e o desenvolvimento da política de cotas.	Ação Afirmativa; Política de Cotas.
07	Por uma perspectiva crítica de direitos humanos: o caso das cotas para a população negra no acesso ao ensino superior público	2011	USP	Objetiva refletir, construir uma perspectiva crítica sobre o papel dos direitos humanos na dinâmica social e as cotas étnico-raciais enquanto políticas afirmativas de inclusão do segmento negro ou afrodescendente.	A reflexão é conduzida metodologicamente por um conjunto de ideias elaboradas pela teoria crítica.	Cotas étnico-raciais.
08	Políticas públicas na educação superior: as ações de permanência para estudantes cotistas	2015	UFRGS	Objetiva incentivar a pesquisa e o debate acerca do tema: ações de permanência – no programa de ações afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do	Análises qualitativas e quantitativas dos relatórios institucionais que avaliam o programa de ações afirmativas da	Ações afirmativas; Cotas; Ações de Permanência;

	no programa de ações afirmativas da UFRGS			Sul.	UFRGS Ainda, entrevistas realizadas com os atores/gestores da macroestrutura institucional envolvidos, diretamente, com a formulação, implantação e avaliação das ações de permanência no âmbito do programa de ações afirmativas da UFRGS.	Educação Superior; Política Educacional
09	As ações afirmativas na UERJ: trajetórias sociais e perspectivas dos estudantes cotistas no desafio do acesso à universidade	2009	UERJ	Buscando problematizar a discussão, e aprofundar questões como: raça, o acesso à universidade e o desafio à permanência, foram realizadas entrevistas com os estudantes cotistas da UERJ.	Pesquisa qualitativa utilizando entrevista.	Política de ação afirmativa; educação
10	Políticas de Ação Afirmativa e Ensino Superior: A experiência da UERJ Na perspectiva dos professores da Faculdade de Direito	2005	PUC-RIO	O objetivo geral da pesquisa foi analisar a experiência das ações afirmativas, modalidade cotas, implementadas no ano de 2003, pela UERJ, sua gênese, características, implantação e primeiros resultados.	Foi realizada uma abordagem do tipo qualitativa. Pesquisa bibliográfica sobre a temática das ações afirmativas, levantamento dos documentos e estatísticas oficiais da universidade e entrevistas semi-estruturadas com os professores da referida Faculdade.	Ensino superior; ações afirmativas; cotas.
11	Educação Superior e Inclusão Social – Um estudo comparado de duas ações afirmativas no Brasil: Dos debates à prática	2013	UFRGS	Compreender como se dá o funcionamento das cotas e do Prouni nas instituições escolhidas e entendê-las como resultados de acontecimentos de ordem nacional e internacional.	Método comparativo.	Educação Superior; ações afirmativas; cotas.
12	Cotas raciais ou sociais? trajetória, percalços e conquistas na implementação de ações afirmativas no ensino superior público - 2001 a 2010	2011	UNICAMP	Consiste em investigar a tendência das políticas para institucionalização desses programas para acesso aos cursos de graduação públicos, seja por meio de cotas raciais ou por meio de cotas sociais.	Pesquisa qualitativa, utilizando-se também de pesquisas comparativas, além de análise de Leis, decretos, projetos.	Programas de ação afirmativa, Ensino superior, Cotas raciais, Negros.

TESES						
	TÍTULO	ANO	LOCAL	OBJETO	METODOLOGIA	Palavras-chave
01	Políticas de ação afirmativa na educação brasileira: estudo de caso do programa de reserva de vagas para ingresso na Universidade Federal da Bahia	2008	UFBA	O estudo sobre ações afirmativas nesse trabalho se debruçou sobre a reserva de vagas para o ingresso na Educação Superior, as cotas.	Constitui-se em estudo de caso, com a análise de uma unidade caso, que adotou o sistema de cotas ao lado de outras três medidas, que foram a preparação para o ingresso, a permanência nos cursos de graduação e o acompanhamento dos egressos.	Ações afirmativas.
02	O Programa Universidade para Todos e a inserção de negros na educação superior: a experiência de duas Instituições de Educação Superior de Mato Grosso do Sul - 2005 - 2008	2010	UFSCAR	Analisar a implantação do Programa Universidade para Todos (ProUni), no período de 2005 2008, e a inserção de negros na educação superior, destacando a sua implementação em duas Instituições de Educação Superior.	A pesquisa desenvolveu-se por meio da aplicação de questionário socioeconômico e entrevistas semi-estruturadas realizadas com trinta e um acadêmicos negros,	Política de Educação Superior; Ação Afirmativa para Negros.
03	Para além das cotas. A permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa	2009	UFBA	Analisar como as Políticas Institucionais de Permanência têm sido elaboradas e/ou incorporadas pela Universidade Federal da Bahia e qual o significado material e simbólico desta permanência.	Foi utilizada uma abordagem qualitativa com estudos quantitativos, aplicando um instrumento com estudantes autodeclarados negros, pretos ou pardos, e em sua maioria ingressos pelo sistema de reserva de vagas.	Ações afirmativas; Permanência Material; Permanência Simbólica; Cotas Raciais.
04	O Negro na Educação Superior- Perspectivas das Ações Afirmativas	2007	UNICAMP	Objetiva avaliar a presença do negro na universidade e as medidas governamentais propostas, tendo em vista ampliar o número de negros na educação superior.	Análise de conteúdo a partir da aplicação de questionários aos acadêmicos do Programa de Pós-Graduação e dos cursos de Especialização e Graduação da Faculdade de Educação.	ação afirmativa

Apêndice 2 – E-mail enviado aos estudantes para participação na pesquisa

Bom dia,

Me chamo M^a Cecília, sou servidora do IFSul e aluna regular do Programa de Mestrado desta Instituição. Estou fazendo uma pesquisa e venho te convidar a participar voluntariamente deste trabalho intitulado “Ações Afirmativas em foco: uma análise do acesso e da permanência de alunos cotistas do IFSul – Campus Pelotas”, sob a orientação da Prof. Dra. Márcia Helena Sauer Guimarães Rostas.

O objetivo desse estudo é verificar se a utilização de cotas para acesso contribui para a permanência e êxito do aluno e se há algum reflexo nos índices de evasão.

A participação é rápida e bem simples, consiste em responder um breve questionário.

É muito importante sua participação!

Mas não se preocupe! Como forma de garantir o sigilo, seu nome não será utilizado em nenhuma fase da pesquisa, ou seja, seu anonimato fica garantido!

Para participar, por favor, responda a pesquisa.

Estou à disposição para maiores informações pelo e-mail isaacson@gmail.com ou pelo telefone/*whatsapp* (53) 98133-9083.

Apêndice 3 – Instrumento de coleta de dados



Questionário para pesquisa "Ações Afirmativas em foco: uma análise do acesso e da permanência de alunos cotistas do IFSul – Campus Pelotas"

O objetivo desse estudo é verificar se a utilização de cotas para acesso contribui para a permanência e êxito do aluno e se há algum reflexo nos índices de evasão. A participação é rápida e bem simples, consiste em responder um breve questionário. É muito importante sua participação! Mas não se preocupe! Como forma de garantir o sigilo, seu nome não será utilizado em nenhuma fase da pesquisa, ou seja, seu anonimato fica garantido!

*Obrigatório

Endereço de e-mail *

Seu e-mail _____

Sexo: *

- Feminino
 Masculino

Idade: *

Sua resposta _____

Curso integrado de nível médio, Técnico em/de: *

Sua resposta _____

1) Como você se autodeclara? *

- Branco
 Preto
 Pardo
 Indígena
 Outro: _____

2) Porque você se considera desta etnia?

Sua resposta _____

3) Você possui filho(s)? *

- Sim
 Não

4) Quantas pessoas constituem seu grupo familiar? (Que moram junto e/ou dependem da mesma fonte de renda) *

Sua resposta _____

5) Qual a renda bruta de sua família? *

Sua resposta _____

6) Você trabalha? Caso sua resposta seja sim, qual a sua renda bruta pessoal? *

Sua resposta

7) Quando você participou do processo seletivo, por qual motivo optou pela utilização da cota L4 (Proveniente de escola pública, Preto/Pardo/Indígena, independentemente de renda)? *

Sua resposta

8) Você permanece estudando no IFSul? *

- Sim (Passe para a pergunta 9)
- Não (Por favor, responda as perguntas 8.1 e 8.2)

8.1) Liste alguns possíveis motivos que lhe impediram de continuar estudando no IFSul:

Sua resposta

8.2) Você acha que a escola poderia ter evitado a sua evasão? Como?

Sua resposta

9) Você acredita que sua permanência no IFSul se deu porque você ingressou por cota? Porquê? (Caso tenha evadido responda: "Não se aplica")

Sua resposta

10) Você sofreu algum tipo de preconceito por ter utilizado a cota para ingresso? Se sim, nos conte qual? *

Sua resposta

11) Você atribui seu possível êxito escolar (caso não tenha evadido), ao fato de ter utilizado cota de ingresso? Porquê? Caso tenha evadido, você acha que a cota de ingresso influenciou de alguma forma? Como? *

Sua resposta

12) Você utiliza ou já utilizou algum benefício da assistência estudantil? *

- Sim
- Não

12.1) Quais?

- Transporte Urbano
- Transporte Intermunicipal
- Almoço
- Jantar
- Auxílio Moradia
- Auxílio Material Escolar

13) Você acredita que a utilização do(s) benefício(s) da Assistência Estudantil contribuiu para sua permanência na escola? Como? Caso tenha evadido você acha que a utilização ou não do(s) benefício(s) da Assistência Estudantil influenciou de alguma forma? *

Sua resposta

14) Você sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito em decorrência da utilização de benefício da Assistência Estudantil? (Se sim, compartilhe essa situação) *

Sua resposta

15) Você tem conhecimento dos serviços de assistência médica, psicológica e odontológica prestados no IFSul? *

Sim

Não

Você já utilizou algum dos serviços abaixo ofertados pelo IFSul? Quais? *

Não.

Médico

Odontológico

Psicológico

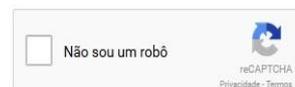
15.1) Você acredita que estes serviços poderiam auxiliar ou auxiliam na permanência dos alunos no IFSul? Como? *

Sua resposta

16) Nos dê sugestão de como o IFSul poderia ajudar aos alunos a não abandonarem seus estudos.

Sua resposta

Envie-me uma cópia das minhas respostas.



ENVIAR

Página 1 de 1

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

Apêndice 4 – Respostas do Questionário

Sexo:

Feminino 50%

Masculino 50%

B7	M
B4	F
B2	M
A3	F
B3	M
B5	M
B6	F
B1	M
A4	F
A1	F

Idade:

17 anos – 40%

18 anos – 40%

19 anos – 20%

Curso integrado de nível médio, Técnico em/de:

Comunicação Visual - 10%

Design de Interiores - 10%

Edificações - 10%

Eletrotécnica - 10%

Eletrônica - 40%

Química - 20%

1) Como você se autodeclara? *

B7	Preto
B4	Pardo
B2	Preto
A2	Pardo
B3	Pardo
B5	Preto
B6	Pardo
B1	Pardo
A3	Pardo
A1	Preto

2) Porque você se considera desta etnia?

B7	Pela cor da minha pele
----	------------------------

B4	-
B2	Me considero negro dado às minhas características e também afirmo que sou por motivos de preconceito que já sofri.
A2	Porque sou uma mistura de cores.
B3	Pois possuo avós pretos, brancos e indígenas.
B5	Meus pais, avós, todos somos dessa etnia, com vários descendentes
B6	Por ter pele mais clara.
B1	Por motivos familiares
A3	Pois venho de família paterna negra e materna branca.
A1	Devido a características físicas, consciência e descendência.

3) Você possui filho(s)?

Sim 0%

Não 100%

4) Quantas pessoas constituem seu grupo familiar? (Que moram junto e/ou dependem da mesma fonte de renda)

B7	3
B4	3
B2	3
A2	3
B3	3
B5	4 pessoas
B6	4 pessoas.
B1	Três. Eu, minha mãe e meu pai.
A3	4
A1	Três

5) Qual a renda bruta de sua família?

B7	5000,00
B4	Um salario minimo e meio
B2	2000 reais
A2	3.000\$
B3	Cerca de 4000 reais.
B5	5,000
B6	Por volta de 4 mil reais.
B1	R\$3.000
A3	Pouco mais de mil reais
A1	São autonomos, a rende depende muito de mês pra mês.

6) Você trabalha? Caso sua resposta seja sim, qual a sua renda bruta pessoal? 10 respostas

B7	Não
B4	Não
B2	Não
A2	Não.
B3	Não.

B5	Não.
B6	Não
B1	Não trabalho.
A3	Sim. R\$769,00
A1	Sim, embora ainda não tenha assinado o contrato. Consegui o emprego através de um processo seletivo, o edital diz que o salário é de meio salário mínimo

7) Quando você participou do processo seletivo, por qual motivo optou pela utilização da cota L4 (Proveniente de escola pública, Preto/Pardo/Indígena, independentemente de renda)?

B7	Pelo motivo de não sentir segurança na efetividade da educação que recebi (pública) e por julgar válido usar cotas
B4	Pois estudei em escola pública todo o fundamental e me considero pardo.
B2	Eu utilizei dessa cota pois acho ela muito válida, tendo em vista que além de disputarmos vagas com estudantes que vem de escolas particulares onde o nível de ensino é superior também existe o fato de que historicamente o negro, pardo e o indígena foram tratados como raças inferiores e isso é refletido até hoje tendo como exemplo a minha turma onde apenas 3 alunos incluindo eu mesmo são negros.
A2	Porque eu teria mais facilidade pra ingressar no instituto.
B3	Confesso que foi por desinformação, não sabia a função das cotas, mas sempre me identifiquei como pardo - sendo filho de pretos, pardos, brancos, enfim.
B5	Cursei todo ensino médio em escola pública, e sou negro
B6	Por conta de que eu era de escola pública e, sendo negra, eu tinha direito a cota racial.
B1	Escola pública
A3	Pois na época era uma ajuda necessária.
A1	Porque não necessitava de tantos documentos, que tive medo de não conseguir reunir todos.

8) Você permanece estudando no IFSul? Sim (Passe para a pergunta 9), Não (Por favor, responda as perguntas 8.1 e 8.2)

Sim 80%
Não 20%

8.1) Liste alguns possíveis motivos que lhe impediram de continuar estudando no IFSul:

B7	Greves; Incerteza sobre a escolha do curso.
B1	Faltas

8.2) Você acha que a escola poderia ter evitado a sua evasão? Como?

B7	Não, por ter sido uma escolha mais pessoal do que em razão da escola.
B1	Não

9) Você acredita que sua permanência no IFSul se deu porque você ingressou por cota? Porquê? (Caso tenha evadido responda: "Não se aplica")

B7	Não se aplica
----	---------------

B4	Sim, pois minha nota não era muito alta.
B2	Minha permanência se deu pelo meu próprio esforço.
A2	Minha permanência se deu pelo meu esforço, porque as cotas é apenas uma oportunidade que me é dada.
B3	Não se aplica.
B5	Minha permanência se deu pelo fato da preparação, do estudo pra seguir na instituição
B6	Não. Continuo no IFSul por conta do meu esforço em estudar.
B1	Sim
A3	Minha permanência na instituição se dá mais pela contribuição dos benefícios da assistência estudantil
A1	Não porque entrei pelo acesso universal como tive uma nota alta na prova.

10) Você sofreu algum tipo de preconceito por ter utilizado a cota para ingresso? Se sim, nos conte qual?

B7	Não
B4	Não
B2	Não
A2	Não
B3	Não
B5	Não.
B6	Não sofri, por incrível que pareça.
B1	Acredito que não. Alguns alunos gostam de enfatizar bastante que entrei por cota quando entramos no assunto de como entramos no If, mas não sei se isso se caracteriza como racismo.
A3	Não.
A1	Diretamente não, porque acabei entrando pelo acesso universal. Porém algumas pessoas são contra as cotas e acabam menosprezando os alunos cotistas, deixando a entender que eles possuem menos conhecimento e que terão um rendimento bem menor

11) Você atribui seu possível êxito escolar (caso não tenha evadido), ao fato de ter utilizado cota de ingresso? Porquê? Caso tenha evadido, você acha que a cota de ingresso influenciou de alguma forma? Como?

B7	Não, até por que eu seria aprovado no curso mesmo sem atribuição de cotas
B4	Sim, da mais oportunidades.
B2	Não acho que isso influencie, acredito que seja pelo meu próprio interesse.
A2	Não influenciou tanto no meu êxito escolar não, apesar de ter evadido.
B3	Não sei se existe relação direta.
B5	A concorrência era bem grande, tava bem disputada o sistema de cotas também
B6	Sim. Pois se eu não tivesse utilizado as cotas, eu não teria adentrado no instituto devido a minha antiga escola (pública) ter o ensino muito fraco.
B1	Não
A3	Sim, pois quando entrei passava por uma fase delicada
A1	Não, o êxito depende muito também de como vai se sentir acolhido ou não pela turma.

12) Você utiliza ou já utilizou algum benefício da assistência estudantil?

Sim 40%
 Não 60%

12.1) Quais?

B7	-
B4	-
B2	-
A2	Transporte Urbano / Almoço
B3	-
B5	-
B6	-
B1	Transporte Urbano *
A3	Transporte Intermunicipal
A1	Transporte Urbano / Almoço

* Pela autora: Não consta no cadastro do IFSul este aluno como cadastrado no recebimento de benefício. Além do mais, trata-se de aluno é evadido.

13) Você acredita que a utilização do(s) benefício(s) da Assistência Estudantil contribuiu para sua permanência na escola? Como? Caso tenha evadido você acha que a utilização ou não do(s) benefício(s) da Assistência Estudantil influenciou de alguma forma?

B7	Talvez tenha influenciado, pois eu morava em outra cidade e pagava meu transporte.
B4	Não
B2	Não utilizo.
A2	Contribuiu totalmente pelo fato de ter uma renda baixa e não pode conter os gastos com o instituto, tem sido de grande ajuda os benefícios e tem influenciado na minha permanência no Campus.
B3	Não utilizo benefícios estudantis.
B5	Não se aplica
B6	Não. Pois nunca utilizei.
B1	Não
A3	Sim, pois quando recorri ao benefício minha mãe não tinha mais condições de pagar o transporte.
A1	Eles ajudam bastante.

14) Você sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito em decorrência da utilização de benefício da Assistência Estudantil? (Se sim, compartilhe essa situação)

B7	Não
B4	Não
B2	Não
A2	Não sofri, até porque quase todos meus amigos tem.
B3	Não utilizo benefícios estudantis.
B5	Não se aplica
B6	Não
B1	Não.
A3	Não.
A1	Não.

15) Você tem conhecimento dos serviços de assistência médica, psicológica e odontológica prestados no IFSul? 10 respostas

Sim 80%

Não 20%

Você já utilizou algum dos serviços abaixo ofertados pelo IFSul? Quais?

B7	-
B4	Psicológico.
B2	-
A2	Médico.
B3	Médico.
B5	Médico.
B6	-
B1	Médico.
A3	Psicológico.
A1	Médico.

15.1) Você acredita que estes serviços poderiam auxiliar ou auxiliam na permanência dos alunos no IFSul? Como?

B7	Sim, uma maior assistência faz com que o aluno se sinta mais abraçado pela escola
B4	Sim, por se sentirem mais seguros.
B2	Mesmo não precisando acredito que auxiliariam caso precisasse.
A2	Com certeza, as vezes as pessoas não tem acesso á alguns médicos e o If nos trás esses serviços com competência.
B3	O serviço psicológicos é indispensável, não só quando tratamos com adolescentes, mas quando tratamos com seres humanos. As pessoas não se ouvem mais, não praticam o diálogo, não conseguem se expressar - sequer buscam se expressar, seja na arte ou onde for, simplesmente se reprimem. O psicólogo é um profissional que faz um papel importantíssimo na era em que vivemos.
B5	Sim, é um amparo a mais ao aluno
B6	Sim. Ajuda sempre é bom, inclusive ajuda médica e psicológica.
B1	Sim, os mantém mais seguros
A3	Com certeza, quando passei a utilizar o serviço da psicóloga estava prestes a desistir
A1	Sim.

16) Nos dê sugestão de como o IFSul poderia ajudar aos alunos a não abandonarem seus estudos.

B7	Aproximando-se mais dos alunos, seja ouvindo suas opiniões pessoalmente ou pedindo ao Grêmio Estudantil que ouça.
B4	Dar a chance de ter três dependências para poder passar de semestre.
B2	Acredito que se o campus promovesse mais eventos, rodas de conversa direcionadas ao aluno já seria um grande passo.
A2	Eu acho que o If faz muito pelo aluno, eu creio que o aluno que deve ter a consciência que deve permanecer no instituto para ter um futuro. É nós dada, várias oportunidades para prosseguir no caminho, cabe a nós escolher. Porém, o ensino devia ser menos subversivo ao ponto do aluno se sentir esgotado e sem

	tempo para outras coisas, é uma escola não uma cadeia opressiva. As vezes os alunos acabam desistindo porque é muita pressão, e eu acho que isso tem solução, até porque é um ensino técnico.
B3	-
B5	Incentivando, caso o aluno venha a repetir o ano, não deixar ele desmotivado
B6	-
B1	Não tem o que possa melhorar
A3	Além de uma maior divulgação dos serviços de psicologia, uma maior participação das coordenadorias dos cursos.
A1	-